

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A Família Numerosa como porto seguro?
Factores de Protecção Familiares dos Jovens

Joana Filipa da Silva Cordeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Marta Gonçalves, Professora Auxiliar Convidada, ISCTE-IUL

Junho, 2012



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A Família Numerosa como porto seguro?
Factores de Protecção Familiares dos Jovens

Joana Filipa da Silva Cordeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Marta Gonçalves, Professora Auxiliar Convidada, ISCTE-IUL

Junho, 2012

“A verdadeira felicidade está na própria casa, entre as alegrias da família.”

Liev Tolstói

Agradecimentos

À minha Orientadora, professora Marta Gonçalves, pela esperança, pela confiança, pela pro-actividade, pela exigência e pela disponibilidade. Por todas as vezes em que não acreditei e me fez erguer. Obrigada pela sua sabedoria e persistência!

À Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, nomeadamente à Dra. Ana Cid, por ter feito com que esta dissertação fosse possível e por ter acreditado no seu sucesso. A todos os pais dos jovens por os deixarem participar, e aos jovens que se prontificaram a responder.

Ao professor Makilim Nunes Baptista, autor do questionário utilizado, pela atenção e interesse no meu trabalho, pelos inúmeros e-mails que não se cansou de trocar, e pela ajuda indispensável nas análises estatísticas. Ao autor Maycoln Teodoro pela opinião do questionário mais indicado a adoptar. À professora Cecília pelos conselhos estatísticos e pelo incentivo no momento mais crítico.

Às minhas incansáveis colegas e amigas, Diana e Rosário. Obrigada pelos momentos de puro prazer mas também pelos momentos de trabalho árduo, pelas vossas opiniões sinceras, pelos vossos abraços e sorrisos quando tudo parecia desmoronar. Obrigada por fazerem parte da minha equipa!

Às minhas colegas de faculdade, Cintia e Lissia, que ajudaram na retradução do meu questionário.

À minha coordenadora de estágio, Dra. Ana Teresa Ferreira, por todas as palavras de conforto e de incentivo, por todas as vezes que me deu força quando já não a encontrava em lugar algum “Tu vais ser grande miúda!”. Obrigada pelos conhecimentos ao longo deste ano. Às minhas colegas de estágio que encaminharam o meu questionário, que me fizeram passar tão bons momentos, que me deram sorrisos e se orgulharam pelas minhas conquistas. Aos meus meninos que todas as manhãs me brindavam com o seu melhor sorriso de bons dias.

À Escola EB2/3 Gaspar Correia, do Agrupamento de escolas de Portela e Moscavide por ter autorizado a recolha da amostra. Ao Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE por ter encaminhado o meu questionário, bem como ao Agrupamento de

Escuteiros de S. Jorge de Arroios, ao Grupo de Investigadores de Lisboa, à Dra. Melanie Tavares do Instituto de Apoio à Criança e a todos os professores que também o fizeram e responderam ao mesmo.

À minha família, que permitiu que eu chegasse até aqui sem ter de me preocupar com economias. Obrigada por acreditarem em mim e por terem orgulho na “vossa menina”. Aos meus manos um pedido de desculpa por todas as vezes em que precisaram de mim e eu tive de dizer que não. Amo-vos!

Aos meus amigos, por terem quebrado a minha rotina, por terem acreditado em mim, por terem chorado comigo, por me terem feito rir quando eu achava que já não conseguia, por me terem tirado de casa quando estava a desesperar. Farão sempre parte da minha vida e só com vocês conseguirei ir longe. Obrigada por caminharem comigo!

Dedico esta dissertação ao meu avô António, por desejar incessantemente que pudesses assistir à minha vitória e que pudesses sentir-te orgulhoso do que me tornei. Mesmo longe, sei que estás perto e que olhas por mim. Obrigada pelo teu colo!

Resumo

A adolescência é o período em que os jovens formam uma identidade distinta da dos pais, tomam as primeiras decisões e procuram o seu grupo de pares. É composto de riscos e oportunidades. O contexto familiar pode conter muitos factores de protecção. Assim, este estudo pretendeu explorar a relação entre o tamanho da família e os factores de protecção familiares dos jovens, e analisar as diferenças no âmbito desses factores entre famílias numerosas (FN) e não numerosas (FNN). A amostra é constituída por 119 jovens de FN (N=84) e FNN (N=35), dos quais 44,5% são do sexo masculino e 55,5% do sexo feminino. As idades variaram entre os 12 e os 16 anos de idade (M=13,82; DP=1,412). Previa-se que existisse uma relação entre o tamanho da família e os factores de protecção, nomeadamente um maior número de factores protectores familiares em jovens de FN quando comparados a jovens de FNN. A metodologia utilizada foi quantitativa, tendo-se utilizado um questionário *on-line* (Inventário de Percepção do Suporte Familiar - IPSF). Como complemento recorreu-se à metodologia qualitativa do diário, em que durante duas semanas duas jovens de cada tipo de família descreveram o seu dia-a-dia. Em geral, os resultados não revelaram correlação entre o tamanho da família e os factores de protecção ($t(110)=-,639$; $p>0.05$). Porém, a análise de conteúdo realizada tende a apresentar algumas diferenças de pertença a cada um dos tipos de família. Conclui-se a necessidade de investir na investigação de FN, igualmente uma minoria do ponto de vista da Psicologia Social.

Palavras-Chave: Adolescência; Factores de Protecção; Factores de Protecção Familiares; Famílias Numerosas; Famílias Não Numerosas.

PsycINFO Classification Categories and Codes da Associação Americana de Psicologia:

2950 - Marriage & Family

2840 - Psychosocial & Personality Development

Abstract

Adolescence is the time where teenagers create a distinct identity from his parents, take their first decisions and look for their peer group. It is composed of risks and opportunities. The familiar context can contain many protection factors. And so, this study was meant to explore the relationship between the size of the family and the familiar protection factors, and analyse the differences regarding those factors between numerous families (NF) and non-numerous families (NNF). The sample is constituted of 119 teenagers of NF (N=84) and NNF (N=35), from which 44,5% are male and 55,5% are female. The ages go from 12 to 16 years old (M=13,82; DP=1,412). It was predicted that there would be a relation between the family size and the protection factors, for example the presence of a bigger number of familiar protection factors in teenagers from NF, facing teenagers from NNF. The methodology used for the study was quantitative and based on an online survey (Inventário de Percepção do Suporte Familiar - IPSF). To complement the study there was also used a qualitative methodology based on personal diaries, in which during two weeks, two female teenagers from each type of family described their daily routine. In general, the results didn't show correlation between the family size and the protection factors ($t(110)=-,639$; $p>0.05$). However, the content analysis performed tends to show some possession differences regarding each type of family. In conclusion, we learned that there is a necessity to invest in NF investigation, as much as a minority of the psychology point of view.

Key-Words: Adolescence; Protection factors; Familiar Protection Factors; Numerous Families; Non-numerous Families.

PsycINFO Classification Categories and Codes da Associação Americana de Psicologia:

2950 - Marriage & Family

2840 - Psychosocial & Personality Development

Índice

Resumo	VI
Abstract	VII
I. Introdução	1
1.1. A Adolescência	2
1.2. Factores de risco e protecção em jovens	5
1.3. Factores de protecção familiares	10
1.4. Estrutura da Família	21
1.5. Problema e objectivos	28
II. Método	29
2.1. Participantes	29
2.2. Instrumentos	32
2.3. Mapa conceptual das variáveis em estudo	39
2.4. Pré-teste	40
2.5. Procedimento	40
III. Resultados	41
3.1. Tipo de família (FN e FNN) e Factores de Protecção Familiares	42
3.2. Idade e Factores de Protecção Familiares	43
3.3. Sexo e Factores de Protecção Familiares	44
3.4. Quarto individual ou partilhado e Factores de Protecção Familiares.....	44
3.5. Escolaridade dos cuidadores e Factores de Protecção Familiares	45
3.6. Profissão dos cuidadores e Factores de Protecção Familiares	45
3.7. Items do IPSF e Tipo de família (FN e FNN)	46
IV. Discussão	49
V. Conclusões	53
VI. Referências	55
VII. Anexos	61

Índice de Quadros

- Quadro 1. Caracterização demográfica dos participantes
- Quadro 2. Adaptação Transcultural do Instrumento
- Quadro 3. Efeitos dos factores segundo o Tipo de Família
- Quadro 4. Resultados da Análise de Conteúdo

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa conceptual das variáveis em estudo

Glossário de siglas

Famílias Numerosas – FN

Famílias Não Numerosas – FNN

Inventário de Percepção do Suporte Familiar - IPSF

Introdução

A presente dissertação reflecte não só os caminhos da adolescência, mas também os factores que podem fazer esses caminhos menos problemáticos. Por outras palavras, pretendemos analisar que factores os jovens possuem na família que os podem proteger nesta fase tão complexa do desenvolvimento humano.

No primeiro capítulo, encontramos o enquadramento teórico sobre os conceitos que orientam esta investigação: 1) o que é a adolescência, quando é que somos considerados adolescentes e quais as características típicas desta fase; 2) que factores de risco e de protecção existem nesta fase concreta do desenvolvimento humano; 3) quais os factores de protecção familiares que os jovens podem encontrar no seio da sua família; e, por fim, 4) uma breve análise sobre a estrutura das famílias em Portugal, mostrando o quão importante é incidir sobre as famílias numerosas, uma minoria do ponto de vista da Psicologia Social. Esta primeira parte termina, assim, com a definição do problema e dos objectivos do presente trabalho.

No segundo capítulo descrevemos o método, de carácter exploratório, os participantes, a forma de recolha da amostra e os instrumentos utilizados. Foram utilizadas diferentes metodologias, nomeadamente a quantitativa e a qualitativa. Esta última como complementar aos resultados retirados da análise quantitativa.

Por último, no terceiro capítulo apresentamos os resultados obtidos, a discussão, as conclusões retiradas e as directrizes futuras para mais investigação neste âmbito.

1.1. A Adolescência

A palavra adolescência vem do latim *adolescere* que significa fazer-se homem/mulher ou crescer na maturidade (e.g., Muuss, 1976, citado por Ferreira & Nelas, 2006), mas somente a partir do final do século XIX foi vista como uma etapa distinta do desenvolvimento devido às transformações que ocorreram ao nível sociocultural associadas à revolução industrial. Antes desta época entendia-se que o indivíduo passava directamente da infância para a idade adulta sem passar por um estágio intermédio. No entanto, apesar de não ser reconhecida como uma fase distinta e com características próprias, já na época primitiva os povos lhe davam grande significado (e.g., Ferreira & Nelas, 2006).

Portanto, é fácil entender que a adolescência tem sido estudada há largos anos. Àreas como a Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Clínica, Psiquiatria e Psicanálise têm-se debruçado sobre esta fase do desenvolvimento humano (e.g., Campos, 2001). No entanto, as primeiras teorias resultantes do estudo da adolescência datam de 1904 com o trabalho de Granville Hall. O autor é considerado o “pai” da Psicologia da Adolescência, publicando a primeira obra sobre o tema intitulada “Adolescence – it’s psychology and it’s relation to psychology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education”. Hall deixou a sua marca por, pela primeira vez, ter utilizado questionários no processo de recolha de dados, dando também importância aos diários como fonte de informação. Os principais estágios de desenvolvimento, no seu entender, são a primeira infância, a infância, a juventude e a adolescência. Sendo a juventude a fase entre os 8 e os 12 anos, chamada actualmente de pré-adolescência. Deste modo, a adolescência será entre os 12-13 anos de idade até atingir o estado adulto - entre os 22 e os 25 anos de idade, caracterizada por um clima de tensão bastante conturbado (e.g., Campos, 2001; Ferreira & Nelas, 2006). Segundo Campos (2001) é erróneo tentar delimitar a fase da adolescência uma vez que as raparigas, em média, atingem a puberdade dois anos antes que os rapazes sendo, por isso, necessário considerar, separadamente e pelos sexos, as idades que limitam os fenómenos desta fase. Outra delimitação de idades é defendida pela Organização Mundial de Saúde como sendo dos 11 aos 19 anos de idade, desencadeada por mudanças corporais e fisiológicas provenientes da maturação fisiológica (e.g., Ferreira & Nelas, 2006). Os limites desta fase não são, de todo, consensuais. No fundo, entramos na fase da adolescência quando nos sentimos autónomos face à figura parental, quando já elaborámos a nossa própria identidade e quando nos sentimos capazes de manter

relações estáveis e maduras com o próximo (e.g., Ferreira & Nelas, 2006). Ser adulto depende da entrada do jovem no mercado de trabalho e da constituição da sua própria família (e.g., Alarcão, 2002; Gierveld, 2001, citado por Lemos, 2007) mas dadas as questões socioeconómicas que se vivem actualmente, a fase da adolescência tende a alargar, atrasando a sua emancipação. Deixar para trás esta fase é, nos dias de hoje, cada vez mais difícil.

No que toca ao conceito de adolescência, Eccles & Gootman (2002) referem ser o período entre a infância e o estado adulto, em que os jovens necessitam de adquirir atitudes, valores e competências, que irão contribuir para o sucesso na idade adulta, evoluindo de um estado de dependência para uma condição de autonomia (e.g., Silva & Mattos, 2004, citado por Pratta & Santos, 2007). É também considerado o período turbulento do desenvolvimento humano (e.g., Frankel, 1998), que pode resultar em problemas futuros se a transição desta fase para a idade adulta não for pacífica (e.g., Ferreira & Nelas, 2006). Outra definição de adolescência é o conjunto de transformações psicológicas de adaptação à puberdade (e.g., Blos, 1974, citado por Cordeiro, 1987) que começa por volta dos 12 anos de idade e termina por volta dos 20 anos de idade, não sendo o seu final devidamente claro (e.g., Martins, 2005; Campos, 2001).

E como se relaciona o jovem com a sociedade? Friedenber (1966, citado por Campos, 2001) refere uma incompatibilidade entre os mesmos. Isto porque, na sua opinião, a formação da identidade nesta fase realiza-se, principalmente, através do conflito com a sociedade. O autor defende que a sociedade moderna não produz adolescentes lutadores, mas sim jovens conformistas, identificados com a escola e outros valores institucionais. O que vai ao encontro das investigações das sociedades primitivas, em que se constata que a adolescência não é um fenómeno universal, determinado biologicamente, pois o jovem absorve as influências das instituições sociais e dos factores culturais do seu contexto (e.g., Ferreira & Nelas, 2006). Historicamente, a pessoa mais proeminente neste âmbito é Eric Erikson (1968, citado por Eccles & Gootman, 2002), que sugere que as mudanças específicas da criança entre os 10 e os 18 anos de idade são o desenvolvimento do domínio, da identidade e intimidade. O autor defende que o jovem procura um compromisso com papéis específicos, sendo levado a enfrentar uma difusão da identidade em relação às suas potencialidades e ao seu futuro lugar na sociedade. O indivíduo resolve o dilema “Quem devo ser?” através de caminhos menos adequados, contrariando o que a sociedade

sugere, porque prefere não ficar sem identidade (e.g., Campos, 2001). Segundo Eriksen, raramente o adolescente se identifica com os seus pais, com os seus valores e a frequente intromissão na sua vida. Esta oposição ocorre da necessidade do jovem em separar a sua identidade da identidade dos pais, pertencendo a um grupo social. Tal identidade é encontrada no grupo de pares, em que o sentimento de pertença é forte e em que a intolerância para com grupos diferentes se instala (e.g., Campos, 2001).

Neste seguimento, existem algumas teorias que tentam especificar de forma mais concreta as características deste período tão complexo. A teoria psicanalítica vê na separação adolescente-progenitor uma tarefa sofrida mas essencial ao desenvolvimento do Homem e da Sociedade, referindo que o afastamento do jovem da autoridade dos pais é necessário mas, ao mesmo tempo, difícil para o desenvolvimento (e.g., Fleming, 1997, citado por Ferreira & Nelas, 2006). Com Peter Blos assiste-se a um alargamento e modificações das conceptualizações psicanalíticas dominantes da adolescência. Blos (1967, citado por Ferreira & Nelas, 2006) sublinha dois aspectos importantes, nomeadamente a perda das dependências familiares, de natureza emocional e afectiva, e a conseqüente mudança das relações com os pais. Gispert (1996, citado por Ferreira & Nelas, 2006) entende a autonomia, i.e., a separação entre pais e adolescentes, como sendo uma condição que estes possuem para tomar decisões responsáveis, segundo critérios específicos.

Se por um lado, as teorias psicanalíticas estudam aspectos intraindividuais e os relacionam com factores internos e externos sem ter em linha de conta as relações entre o adolescente e o seu meio, por outro as perspectivas interaccionais, têm por base as teorias sistémicas da família e estudam a interacção pais-adolescentes e os processos dentro da família (e.g., Ferreira & Nelas, 2006). Deste modo, pode-se concluir que a adolescência e o modo como esta é vivida está relacionada com o contexto onde o jovem se insere. Assim como o modo como é entendida difere de época para época e de autor para autor. Até hoje existiram várias tentativas de caracterizar a adolescência bem como o seu início e fim, desde as teorias psicanalíticas às sistémicas, de forma a ajudar os pais a compreenderem melhor como lidar com os seus filhos aquando da sua entrada nesta fase.

Para um bom desenvolvimento pessoal e social na adolescência é essencial possuir um desenvolvimento positivo a vários níveis, seja físico, intelectual, psicológico, emocional e social. Todos os adolescentes necessitam de ajuda, instrução, disciplina, suporte, cuidados como ambiente familiar estável, boas escolas, e uma

vizinhança segura (e.g., Eccles & Gootman, 2002). Este é um período difícil e onde existem inúmeros problemas, seja pelas influências dos pares ou pela relação familiar e, por isso, não há dúvida de que é na adolescência que existem grandes mudanças. Muitos autores têm proposto vários caminhos para se pensar acerca das mudanças desenvolvimentais, oportunidades e riscos da adolescência, e é sobre isso que me debruçarei adiante.

1.2. Factores de risco e protecção em jovens

De acordo com Richman e Fraser (2001, citado por Ribeiro & Sani, 2009) o risco é a presença de um ou mais factores que aumentam a probabilidade de um resultado negativo para um jovem. Contrapondo, os factores de protecção são características individuais ou condições ambientais que o ajudam a resistir ou a contrabalançar os riscos aos quais está exposto (e.g., Richman e Fraser, 2001, citado por Ribeiro & Sani, 2009).

De acordo com teorias da Psicologia Positiva e da Psicologia do Desenvolvimento, os factores de protecção têm como função primordial a interacção com os factores de risco, proporcionando alternativas para a resolução dos problemas do quotidiano. Estes factores começaram a ganhar relevo com a Teoria dos Sistemas Ecológicos proposta por Urie Bronfenbrenner ao longo das décadas de 70, 80 e 90 do século XX, permanecendo actualmente em construção, designada de Teoria Bioecológica do Desenvolvimento (e.g., Amparo, Galvão, Alves, Brasil & Koller, 2008). Esta teoria fundamenta-se, em parte, na Psicologia Positiva da década de 80 do século XX, dando ênfase às características biopsicológicas do indivíduo em desenvolvimento (e.g., Bronfenbrenner & Morris, 1998, citado por Martins & Szymanski, 2004; Poletto & Koller, 2008). Na Teoria Bioecológica são representados quatro aspectos multidireccionais inter-relacionados, construindo o modelo PPCT - pessoa, processo, contexto e tempo. De acordo com os autores, a Pessoa refere-se a mudanças na vida do ser humano em desenvolvimento, tendo em conta as suas características (e.g., convicções, nível de actividade, temperamento, objectivos e motivações); o Processo é constituído pelos papéis e actividades diárias do indivíduo. De modo a desenvolver-se intelectual, emocional, social e moralmente o indivíduo necessita de uma participação activa na interacção com o outro, com objectos e símbolos no ambiente que o envolve. O Contexto, por sua vez, diz respeito ao meio ambiente em que o indivíduo está inserido podendo ser dividido em ambientes

imediatos, nos quais o indivíduo se desenvolve, e em ambientes remotos, onde o indivíduo nunca esteve mas que, ainda assim, podem influenciar o seu desenvolvimento. Esses ambientes são denominados de micro, meso, exo e macrossistemas. O microssistema é o primeiro sistema no qual o ser humano em desenvolvimento interage, possuindo um padrão de papéis, de actividades e de relacionamentos que estão associados a determinados comportamentos e expectativas. O microssistema está inserido nos sistemas mais amplos que o influenciam e aos quais também ele influencia. O mesossistema consiste na interrelação de vários ambientes, nos quais o indivíduo/família em desenvolvimento participa activamente (e.g., relações da família com a escola, com a vizinhança, com o ambiente de trabalho, com os grupos sociais). As experiências nestes contextos não são independentes umas das outras, podendo facilitar ou dificultar o desenvolvimento do sistema familiar. A presença ou ausência de relações da família com a escola, por exemplo, pode afectar o desempenho escolar de uma criança (e.g., Bronfenbrenner, 1986), Garbarino, 1992, Gill, Reynolds & Pai, 1995, citado por Antoni & Koller, 2000). O exossistema é composto por ambientes nos quais os membros da família mantêm relações, interagindo directamente uns com os outros. Por fim, o macrossistema é o sistema mais amplo, abrangendo os restantes. É composto pelas ideologias, valores, crenças e organização social de uma determinada cultura ou subcultura (e.g., Bronfenbrenner, 1996, citado por Antoni & Koller, 2000). Por último, o Tempo que pode ser entendido como o desenvolvimento no sentido histórico, i.e., acontecimentos que alteram o desenvolvimento do indivíduo. Por exemplo, a entrada da criança na escola, o nascimento de um irmão ou a mudança de trabalho dos pais (e.g., Martins & Szymanski, 2004; Poletto & Koller, 2008). Bronfenbrenner (1996, citado por Poletto & Koller, 2008) pressupõe que toda a experiência individual se dá em ambientes “concebidos como uma série de estruturas encaixadas, uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas”.

A perspectiva da Psicologia Positiva vai de encontro à teoria de Bronfenbrenner, valorizando a saúde e os factores que promovem o desenvolvimento humano, dando mais importância às capacidades do indivíduo (e.g., Amparo, Galvão, Alves, Brasil & Koller, 2008). Neste seguimento, têm sido apontados alguns fenómenos considerados saudáveis ao desenvolvimento humano, nomeadamente a resiliência (e.g., Koller & Lisboa, 2007, citado por Amparo, Galvão, Alves, Brasil & Koller, 2008). Este conceito teve a sua origem nas ciências exactas com o cientista inglês Thomas Young (e.g., Rutter, 1987, 1993, citado por Amparo, Galvão, Alves, Brasil & Koller, 2008), e pode

ser definida como a capacidade que um indivíduo possui de ultrapassar adversidades (e.g., Yunes & Szymanski, 2001, Yunes, 2001, Tavares, 2001, citados por Yunes, 2003; Pinheiro, 2004). Assim, pode ser vista como um resultado que se concentra no desenvolvimento positivo na vida do indivíduo, quer ao nível emocional quer ao nível social (e.g., Lee, Kwong, Cheung, Ungar & Cheung, 2010, citado por Hanewald, 2011), servindo para reduzir os riscos individuais (e.g., Duffy & Wong, 2003). Num estudo de Emmy Werner e colaboradores (1982, 1992, citado por Eccles & Gootman, 2002) foi possível concluir que as características chave da resiliência prendem-se com boas competências cognitivas e sociais; auto-estima; sentido de eficácia pessoal; boas competências de auto-regulação, *coping* e adaptação; ser saudável; fortes conexões com a família e com o meio social como a escola e a comunidade; e o sentido de espiritualidade. Posto isto, a resiliência não deve ser vista como uma qualidade ou um traço de personalidade mas como algo que se manifesta ao longo da vida em função do contexto, do grupo de indivíduos, dos riscos que lhes estão associados, dos factores de protecção e dos resultados ou das respostas produzidas pelos adolescentes (e.g., Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004; De Antoni & Koller, 2001, citado por Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2005). A resiliência pode não se manifestar de igual forma face a riscos e contextos diferentes, i.e., o adolescente pode assumir diferentes comportamentos em função dos riscos com que se depara (e.g., Fergus & Zimmerman, 2005). Porém, os autores reflectem sobre a ausência de uma única teoria, mais exequível e diferenciada sobre o conceito, de modo a que possa existir progresso no seu estudo, e para que as teorias sobre este conceito possam ser relevantes para o estudo desta fase do desenvolvimento humano (e.g., Fergus & Zimmerman, 2005).

A resiliência envolve factores de risco e de protecção, em que estes últimos têm sido identificados na estabilidade oferecida pela família, que reforça a identificação com modelos e papéis; nas características pessoais, como a capacidade para solucionar problemas; e na possibilidade de contar com o apoio social e emocional de membros externos à família (e.g., Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2005). Diversos estudos têm demonstrado que os factores de protecção podem prever a mudança nos comportamentos que estão relacionados com a saúde dos adolescentes ao longo do tempo (e.g., Bender & Losel, 1997; McKinnon, O'Rourke, Thompson & Berumen, 2004; White, Johnson & Buyske, 2000; Jessor et al, 1995, citado por Lemos, 2007). Tais estudos mostraram a existência de uma relação inversa entre os factores de protecção e comportamentos desviantes, defendendo que, possivelmente, os recursos

desenvolvimentais moderam a relação entre o risco e a manifestação dos problemas de comportamento. É necessário ter em conta a necessidade de compreender não só os contextos de risco onde o jovem está inserido, mas também os recursos disponíveis para os ultrapassar. Um elevado número de estudos com populações de risco tem verificado que os factores de protecção possuem um maior impacto no desenvolvimento dos indivíduos do que os factores de risco por si só (e.g., Olsson et al, 2003; Garmezy, 1996, citado por Lemos, 2007). Jessor (1992, citado por Martins, 2005) alerta para a existência de dois conceitos distintos: “risco” ou “estar em risco”. Para os adolescentes que já estão inseridos em condutas de risco, “estar em risco” significa o aumento da probabilidade de riscos para a sua vida. Estas condutas podem incluir relações sexuais precoces sem protecção e, por sua vez, gravidez precoce; insucesso e absentismo escolar; abandono escolar; condutas de *bullying*, consumo de substâncias, comportamentos delinquentes e problemas com o sistema jurídico (e.g., furtos, roubos). No que toca a este tipo de comportamentos dos adolescentes de uma forma geral, estes aspectos têm recebido maior importância, mostrando-se relativamente melhores em algumas áreas desde a década de 80. Por exemplo, problemas relacionados com o crime e a gravidez precoce têm diminuído, e os jovens alcançam cada vez mais graus superiores de escolaridade, participando em acções de voluntariado e serviços comunitários. No entanto, problemas como consumo de tabaco, infecções (e.g., Sida), violência nas escolas e obesidade têm aumentado (e.g., Eccles & Gootman, 2002). No que respeita a Portugal, no ano de 2004 e no contexto da Europa dos 15, ocupava o segundo pior lugar da União Europeia no que diz respeito à gravidez precoce (e.g., Associação para o Planeamento da Família, 2007). Contudo, e segundo a mesma fonte, apesar da maternidade adolescente estar agora a diminuir, esta situação continua a ser um problema, na medida em que existem consequências negativas aos níveis psicológico, biológico, social, educativo e económico, associadas não só à jovem grávida, mas também ao jovem pai da criança, à família de origem de ambos, ao bebé e à sociedade. Quanto ao consumo de tabaco, e segundo Mário Carreira, coordenador da DGS para a monitorização dos serviços de urgência “A entrada de cigarros no mercado não é igual ao consumo, mas é um indicador indirecto da diminuição do consumo” (e.g., Ionline, 2010).

Este significado do “estar em risco” remete para comportamentos problemáticos que já são praticados. Relativamente aos determinantes psicossociais que podem aumentar a probabilidade do jovem incorrer em condutas de risco, o autor conceptualiza

cinco domínios: aspectos biológicos e genéticos, ambiente social (geral), ambiente social percebido (próximo), personalidade e comportamento, tendo em conta a presença ou ausência de factores de risco e de protecção, ou seja, no domínio genético/biológico, por exemplo, o autor considera que uma história de alcoolismo e toxicodependência por parte dos pais é um factor de risco, por um lado e, por outro, um nível elevado de inteligência é um factor de protecção. No domínio do ambiente social geral são factores de risco a pobreza extrema e a desigualdade de oportunidades relacionadas com a etnia, e serão factores de protecção a qualidade das escolas, a coesão das famílias, a disponibilidade dos recursos comunitários e o interesse dos adultos nos problemas dos jovens. No que se refere ao domínio do ambiente percebido são factores de risco a presença de modelos para o comportamento desviante (e.g., pais, amigos, colegas, vizinhos) e os conflitos entre pais e filhos; serão factores protectores a presença de modelos para o comportamento social ajustado e a presença de controlos elevados para o comportamento desviante. No domínio da personalidade constituem factores de risco a percepção de fracas oportunidades de vida, baixa auto-estima, e propensão para assumir o risco; constituem factores de protecção a valorização do sucesso escolar e da saúde e a intolerância face ao desvio. No que concerne ao comportamento são factores de risco o consumo de álcool e o fraco desempenho escolar; são factores de protecção frequentar um culto religioso, envolver-se em actividades académicas e extracurriculares na escola. Como se pode constatar pela descrição dos factores de risco e de protecção, Jessor (1992, citado por Martins, 2005) não conceptualiza os factores de protecção como sendo o oposto dos factores de risco, considerando-os distintos. Os factores de protecção atenuam o efeito dos factores de risco permitindo, assim, explicar muitas situações em que os jovens em situação de aparente alto risco não incorrem nas condutas de risco. Isto porque se verifica a presença de factores de protecção nessas situações.

Tanto os factores de risco quanto os factores de protecção podem ser classificados segundo quatro categorias. No que diz respeito aos factores de risco estes podem ser individuais (e.g., hiperactividade e impulsividade; baixa inteligência; atitudes que toleram o consumo de substâncias; envolvimento em crimes e consumo de substâncias; apatia; imaturidade emocional); familiares (e.g., fraca supervisão e disciplina parental; conflitos; historial familiar de actividade criminal; atitudes dos pais que toleram comportamentos anti-sociais e criminosos; baixo estatuto social; condições precárias de habitação; família numerosa; doença mental; fracas ligações com os pais;

desorganização familiar; modelos desviantes); em relação à comunidade (e.g., viver numa má vizinhança; desorganização e negligência; disponibilidade de drogas; falta de ligação ao bairro; disponibilidade de armas de fogo; leis e regras da comunidade propensas ao uso de drogas, armas de fogo e existência de crimes; representações de violência); e, por fim, em relação à escola (e.g., baixo rendimento académico na escola primária; comportamento agressivo; falta de compromisso; desorganização escolar; relações com pares envolvidos em crimes e consumo de substâncias; insucesso escolar; desmotivação pela escola; rejeição pelos pares; alienação e fraco compromisso social). À semelhança dos factores de risco, os factores de protecção também podem ser de carácter individual (e.g., resiliência; sentido de auto-eficácia; auto-avaliação positiva; inteligência elevada; características de personalidade como auto-estima e autonomia; saúde física; pro-actividade; controlo interno; competências cognitivas); familiar (e.g., estabilidade e relação de afectos com um ou ambos os pais; orientação social positiva: coesão familiar, ausência de desacordo; suporte familiar; estilo parental positivo); em relação à comunidade (e.g., atitudes predominantes numa comunidade; oportunidades para o envolvimento, para as competências sociais e respectivo reconhecimento e louvor; racismo; desemprego; pobreza; sistemas de suporte; actividades recreativas); e escolar (e.g., ligação com professores e outros adultos e pares com atitudes positivas, e um modelo social positivo de comportamento; suporte social; promoção de normas saudáveis na escola) (e.g., Hanewald, 2011; Simões, 2007; Youth Justice Board, 2005; Loos & Cassemiro, 2010; Schoon & Parsons, 2002, citado por Lemos, 2007; Baer, 1999; Fisher, 1984, citado por Brás, 2009).

1.3. Factores de protecção familiares

Do início do século XX até meados dos anos 60 era patente o modelo de família tradicional, onde homens e mulheres possuíam papéis específicos (e.g., Torres, 2000, citado por Pratta & Santos, 2007). A partir da segunda metade do século XX a família passou por um processo de alterações económicas e sociais (e.g., Singly, 2000, citado por Pratta & Santos, 2007). Foram vários os factores que contribuíram para essas mudanças, como o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento do número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade, o aumento do nível de vida da população, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos dos

indivíduos, as novas concepções em relação ao casamento, e as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de género (e.g., Biasoli-Alves, 2004, Romanelli, 2002, Scott, 2004, citado por Pratta & Santos, 2007).

De acordo com Bronfenbrenner (1996, citado por Cecconello, Antoni & Koller, 2003) a família é considerada o primeiro meio de socialização no qual a criança participa de forma activa. Inicialmente, esta participação ocorre em díade, por exemplo pela relação com a mãe. Aos poucos, as relações vão-se expandindo dentro do meio familiar formando, dentro desse sistema, vários subsistemas, como a relação da criança com o pai e desta com os irmãos. A família com a qual a criança interage directamente é denominada de microssistema. O microssistema familiar deverá ser a maior fonte de segurança, protecção, afecto, bem-estar e apoio. Nele a criança deverá experimentar diversos papéis, situações, sentimentos e deverá executar variadas actividades, desenvolvendo o sentido de estabilidade.

Para uma melhor compreensão do conceito de família é necessário distinguir os conceitos de estrutura e de suporte familiar. Entende-se por estrutura as características físicas da família, como o número de pessoas que a constituem e se é família nuclear ou não. Já o suporte familiar relaciona-se com as variáveis psicológicas que estão presentes nas relações familiares como a expressão de carinho, atenção, comunicação, proximidade afectiva, permissão de autonomia, liberdade, superprotecção, independência e comunicação (e.g., Baptista & Oliveira, 2004). Para Campos (2004, citado por Aquino, 2007), as funções da família poderiam ser destacadas como afectiva (e.g., oferecer carinho, amor e apoio), socializadora (e.g., intermediar o acesso ao mundo externo) e cuidadora (e.g., envolvendo necessidades emocionais e de recursos financeiros, sociais, saúde, alimentação).

Um dos eventos da vida do ser humano que apresenta grande impacto na família é a adolescência, considerada como uma crise importante neste contexto (e.g., Kalina, 1999, Tallón & cols., 1999, citado por Pratta & Santos, 2007). A adolescência apresenta particularidades, envolvendo todos os membros da família ao favorecer as condições necessárias para a emergência de problemas e conflitos. Alguns estudos enfatizam que há um aumento de desentendimentos entre pais e filhos durante os anos da adolescência (e.g., Wagner, Falcke, Silveira & Mosmann, 2002), que geralmente estão associados a uma diminuição da proximidade, principalmente em relação ao tempo que adolescentes e pais passam juntos (e.g., Steinberg & Morris, 2001, citado por Pratta & Santos, 2007).

Contudo, um conflito bem negociado pode levar a um crescimento para os filhos e para os pais (e.g., Marturano, Elias, & Campos, 2004, citado por Pratta & Santos, 2007).

De acordo com Baumrind (1971, citado por Ribeiro, 2003) os pais diferem em áreas centrais da educação dos seus filhos, como o controlo, a comunicação, o afecto e as exigências de maturidade que lhes impõem. Os estilos parentais exemplificam essas diferenças na relação educativa que serão abordados mais adiante. A literatura demonstra que relações estreitas entre pais e adolescentes, boas competências parentais, actividades familiares, papel positivo dos pais, comunicação aberta e saudável e o apoio parental percebido têm efeitos sobre a saúde e o desenvolvimento dos adolescentes. Estes que têm relações positivas com os pais são menos propensos a desenvolver comportamentos de risco e a relatar sintomas de depressão, tendo maior probabilidade de relatar elevados níveis de bem-estar percebido. Os adolescentes que relataram dificuldade em falar com os pais são mais propensos ao consumo de álcool, tendo inclusive problemas com consumo excessivo, sentindo-se infelizes, especialmente as raparigas (e.g., Aufseeser, Jekielek & Brown, 2006).

Outros estudos sobre a influência da família na adolescência têm-se tornado mais frequentes, demonstrando que os valores e as crenças dos pais, as suas expectativas e os seus padrões de comportamento (incluindo o estilo parental e o ambiente familiar) produzem, por vezes, contextos adversos, avessos a um desenvolvimento psicológico mais saudável, promovendo comportamentos indesejáveis nos filhos (e.g., Loos & Cassemiro, 2010). O que leva os adolescentes a apresentarem um ou outro tipo de comportamento é a qualidade da interação familiar, sendo considerada protecção ou risco (e.g., Weber, Salvador & Brandenburg, 2009; Kobarg, Vieira & Vieira, 2010). O contexto sociocultural e económico onde a família está inserida, também influencia a relação entre pais e filhos. O tipo de estrutura familiar e o estatuto socioeconómico devem ser levados em consideração quando se trata do estudo da adolescência, porque influenciam o funcionamento familiar e, como consequência, a capacidade da família em monitorizar e apoiar o jovem face às mudanças biopsicossociais inerentes a esta fase (e.g., Baer, 1999, citado por Lemos, 2007). Famílias caracterizadas por um baixo nível socioeconómico e/ou baixo nível educacional apresentam um efeito negativo na educação infantil (e.g., Conger et al., 1992, Pettit et al., 1997, citados por Leiber, Mack & Featherstone, 2009) e os pais com este nível socioeconómico tendem a utilizar disciplinas mais rígidas (e.g., Pinderhughes, Dodge, Bates, Pettit & Zelli, 2000).

Os processos de funcionamento familiar estudados por Southam-Gerow e Kendall (2000, citado por Lemos, 2007) e Kenny e Gallagher (2002) permitiram identificar a comunicação, o conflito e a coesão familiar como factores importantes no desenvolvimento do adolescente e da sua família. Estes processos definem a qualidade das interações. Para Campos (2004, citado por Souza, Baptista & Alves, 2008) o principal efeito do suporte familiar ocorre quando o jovem o percebe como satisfatório, sentindo-se valorizado, compreendido e protegido. Deste modo, irá encontrar motivação para enfrentar situações adversas, obtendo consequências positivas. Quando a família desempenha um papel facilitador, passa a funcionar como um suporte da saúde mental dos seus membros, dificultando o surgimento de uma doença mental (e.g., Féres-Carneiro, 1992, citado por Souza, Baptista & Alves, 2008). De igual forma, a existência de hostilidade ou rejeição contribuem para a instabilidade emocional do jovem (e.g., Basic Behavioral Science Task Force of the National Advisory Mental Health Council, 1996, citado por Souza, Baptista & Alves, 2008). Deste modo, as características familiares são factores importantes de modo a conseguirmos compreender os comportamentos anti-sociais dos adolescentes (e.g., Maleté, 2006, Yu, Shi, Huang, & Wang, 2006, citados por Gouveia, 2010).

O suporte familiar é considerado um dos mais relevantes amortecedores (efeito *buffering*) das consequências das situações adversas na vida das pessoas (e.g., Langford, Browsher, Maloney & Lillis, 1997, citado por Baptista, 2005; Olstad, Sexton & Sogaard, 2001), estando associado à competência social, à resolução de problemas, ao controlo percebido, à estabilidade, ao auto-conceito, ao afecto positivo e ao bem-estar psicológico (e.g., Moos, 1990, Patten, Gillin, Farkas, Gilpin, Berry & Pierce, 1997, citados por Baptista, 2005).

Com o começo da adolescência e em alguns grupos culturais, os pais mostram um decréscimo do tempo que passam com os filhos e do número de actividades que realizam juntos fora de casa (e.g., Eccles & Gootman, 2002). Steinberg (1990, citado por Eccles & Gootman, 2002) argumenta que esta distância na relação entre pais e adolescentes faz parte do desenvolvimento destes últimos. Também Collins (1990, citado por Eccles & Gootman, 2002) defende que esta distância faz parte do período da adolescência para fomentar a individualização dos jovens face aos pais, permitindo-lhes experimentar mais coisas e desenvolver as suas próprias competências e eficácia. Deste modo, a família possui factores que são uma mais-valia para os jovens, fazendo-os sentir apoiados e protegidos.

Referimo-nos, também, aos estilos parentais.

Um dos factores de protecção familiares, como já referido anteriormente, prende-se com os estilos parentais que Baumrind (1971, citado por Ribeiro, 2003) identifica: 1) o estilo autoritário, em que a figura parental tenta modelar, controlar e avaliar o comportamento e as atitudes da criança, em função de critérios absolutos; valoriza a obediência e impõe elevadas exigências de maturidade; recorre a medidas punitivas para influenciar o comportamento da criança; e a comunicação não é encorajada pela figura parental, assumindo que a criança deve aceitar a sua palavra e as suas regras sem necessidade de justificação. Verifica-se ser pouco frequente a manifestação de afecto; 2) o estilo permissivo que se caracteriza pela ausência de normas, pela tolerância e aceitação; verificam-se demonstrações de afecto e de comunicação positiva para com a criança, não lhe sendo impostas grandes exigências de maturidade; a figura parental é vista como um recurso para os filhos, não se perspectivando, contudo, como agente activo na modelagem do seu comportamento; é proporcionada à criança a possibilidade de gerir o seu comportamento, pois a figura parental evita atitudes de controlo e não encoraja a obediência a padrões comportamentais; 3) o estilo autoritativo em que a figura parental estabelece limites e normas de comportamento, num ambiente afectuoso e de comunicação positiva; impõe elevadas exigências de maturidade à criança, mas tendo em conta as suas necessidades desenvolvimentais, os seus interesses e as suas capacidades; os direitos e deveres da figura parental e da criança são vistos como complementares. Os resultados iniciais da pesquisa desta autora sobre as consequências dos estilos parentais no desenvolvimento da criança foram suportados empiricamente (e.g., Ribeiro, 2003). Neste seguimento, os pais autoritários tendem a ter crianças que são obedientes, mas infelizes e inseguras; os filhos de pais permissivos são pouco confiantes em si próprios e têm dificuldades no que diz respeito ao autocontrolo; as crianças cujas figuras parentais se caracterizam predominantemente por um estilo autoritativo são as mais felizes, socialmente competentes e com capacidades de realização (e.g., Lerner & Castellino, 2000, citado por Ribeiro, 2003). No entanto, os autores advertem para o facto de que não existe nada em concreto que garanta o sucesso no desempenho das funções parentais. Pais e mães que demonstram afecto poderão ter aos seus cuidados crianças com dificuldades comportamentais, ao passo que, o abuso e negligência parentais poderão variar a nível dos efeitos que possam ter para a criança.

O estudo dos estilos parentais autoritário e democrático-recíproco como factores de risco e protecção, respectivamente, remonta à pesquisa pioneira de Baldwin (1949, citado por Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravello & Rossato, 2002; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006). O autor caracterizou o estilo parental democrático-recíproco pela tentativa de envolver activamente a criança no processo decisório familiar, conforme o nível de desenvolvimento da criança. Já o estilo parental autoritário foi definido como hostil e insensível aos interesses e vontades da mesma. Posteriormente, Maccoby e Martin (1983, citado por Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravello & Rossato, 2002; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006) dividiram o estilo parental permissivo em negligente e indulgente, diferenciando-os pelo envolvimento parental do segundo em relação ao primeiro.

Assim, estilo parental é o conjunto de atitudes dos pais para com os filhos, o qual define o clima emocional em que se expressam as várias práticas parentais (e.g., Darling & Steinberg, 1993, citado por Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravello & Rossato, 2002; Weber, Brandenburg & Viezzer, 2003; Teixeira & Lopes, 2005; Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003; Teixeira, Oliveira & Wottrich, 2006; Benetti & Balbinotti, 2003).

Frequentemente, os pais apresentam dúvidas sobre qual será a melhor forma de educar os filhos. Durante um estudo com grupos de pais Weber, Salvador & Brandenburg (2005, citado por Weber, Salvador & Brandenburg, 2006; Weber, Prado, Viezzer & Brandenburg, 2004) surgiram questões como “Dar muito carinho e elogiar demais não estragam a criança?”, “Eu não aguento o meu filho a fazer birras quando quer alguma coisa, o que é que eu faço?”, “O meu filho não obedece, já gritei, já bati, já castiguei e não sei o que fazer mais”. Qual seria a fórmula para educar os filhos? Como se promovem comportamentos mais adequados? Para encontrar essas respostas, o comportamento dos pais pode ser estudado em categorias conhecidas como práticas educativas parentais. Hoffman (1975, citado por Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010) procurou investigar as relações entre pais e filhos, tentando destacar a importância das estratégias utilizadas pelos pais perante situações de conflito com os filhos. Deste modo, propôs o conceito de práticas educativas parentais, distinguindo-o do conceito de estilos parentais. As primeiras referem-se a situações diárias específicas de interação entre pais e filhos, revelando as estratégias utilizadas pelos pais na educação dos mesmos (e.g., Costa, Teixeira & Gomes, 2000; Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010). O autor salienta que estas se expressam face às interações entre pais e

filhos, destinando-se à socialização. Nestas situações, os pais podem utilizar dois tipos de estratégias: coercitivas ou indutivas (e.g., Hoffman, 1975, citado por Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010). As práticas educativas coercitivas têm consequências negativas em várias áreas do desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes, como ajustamento social, psicopatologia e desempenho escolar. Isto porque frente a este tipo de intervenção, os filhos, durante a infância dependem de intervenções externas para controlar o seu comportamento, acabando por não internalizar as regras sociais e os padrões morais necessários para o ajustamento psicológico (e.g., Alvarenga e Piccinini, 2001; Baumrind, 1966; Bolsoni-Silva e Marturano, 2002; Ferreira e Marturano, 2002; Petit, Bates e Dodge, 1997, citado por Pacheco, Silveira & Schneider, 2008; Salvador, Mestres, Goñi e Gallart, 1999, citado por Pacheco, Silveira & Schneider, 2008). Pelo contrário, as práticas indutivas são vistas como favorecendo o desenvolvimento da autonomia no indivíduo e da internalização desses mesmos padrões morais (e.g., Hoffman, 1975, citados por Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010). Os estilos parentais envolvem a cultura familiar (e.g., dinâmica da comunicação familiar, apoio emocional e controle); crenças, valores e aspectos relativos à hierarquia das funções e papéis familiares. Tudo isto está expresso aquando da aplicação da disciplina, autoridade e tomada de decisões (e.g., Reppold, Pacheco e Hutz, 2005, citado por Pacheco, Silveira & Schneider, 2008).

Deste modo, é através de estratégias disciplinares, i.e., de práticas educativas, que os pais promovem comportamentos desejáveis, tentando eliminar ou reduzir os comportamentos menos adequados (e.g., Alvarenga e Piccinini, 2001, Baumrind, 1997, Ceballos e Rodrigo, 2003, Hoffman, 1975, citados por Pacheco, Silveira & Schneider, 2008).

Brener e Fox (1998, 1999, citado por Bolsoni-Silva & Marturano, 2007) e Fox, Platz e Bentley (1995, citado por Bolsoni-Silva & Marturano, 2007) estudaram, nesta linha, 1056 mães de crianças com idades compreendidas entre um e cinco anos de idade, concluindo que os problemas de comportamento são mais frequentes aquando do uso de punição, seja verbal ou física, e perante o reduzido afecto transmitido à criança. Ainda, Alvarenga e Piccinini (2001) descobriram que mães de crianças em idade pré-escolar com problemas de comportamento utilizavam mais práticas coercitivas (55%) comparando com mães de crianças sem queixas clínicas (33%). Estes resultados demonstram que os efeitos da punição podem ser minimizados se esta for menos frequente e se outras capacidades sociais co-ocorrerem, como a expressão de

sentimentos, de opiniões, a comunicação positiva, o reforço positivo e a consistência nas práticas parentais. Estas últimas parecem funcionar como factores de protecção. Porém, os familiares passam, muitas vezes, a interagir com as crianças somente nos momentos em que corrigem comportamentos que consideram menos adequados (e.g., Sidman, 1995, Silva, 2000, citados por Bolsoni-Silva & Marturano, 2007), não aproveitando os momentos como oportunidade de interacção social. A literatura defende que não é a quantidade de tempo que os pais dedicam aos filhos que vai determinar como o adolescente enfrentará as inseguranças características desta fase do desenvolvimento, mas sim a qualidade das relações no tempo que partilham juntos. O essencial é a presença dos pais no dia-a-dia dos jovens, tendo em conta que eles necessitam compreender que os pais se preocupam com eles, que existe identidade familiar e que os problemas são enfrentados em família (e.g., Drummond & Drummond Filho, 1998, citado por Pratta & Santos, 2006). Para que as relações entre pais e filhos sejam de qualidade é necessário que exista comunicação, ainda mais por se tratar da adolescência em que os jovens necessitam da orientação e da compreensão dos pais (e.g., Drummond & Drummond Filho, 1998, citado por Pratta & Santos, 2006). O diálogo deve, contudo, funcionar de forma recíproca. Para o adolescente é importante perceber que os pais têm interesse na sua vida e sobre todas as coisas que dela fazem parte.

Além dos estilos parentais positivos, é necessário que exista coesão para a família ser considerada factor de protecção. Segundo o Modelo Circumplexo de Interacção da Família de Olson, Russell e Sprenkle (1983, citado por Baptista, 2005) existem três dimensões principais para a compreensão do seu funcionamento: 1) a coesão (vínculo emocional que os seus membros possuem uns com os outros e que abrange um amplo número de conceitos como a proximidade, o vínculo emocional, a frequência de interacções, a preferência por actividades intragrupo, o suporte, a interdependência e a partilha de interesses e objectivos); 2) a adaptabilidade (capacidade da família ser flexível a mudanças, sendo composta pela assertividade, controlo, disciplina e negociação de estilos e regras); e 3) a comunicação (empatia, escuta reflexiva, comentários suportivos e capacidade de partilha de sentimentos entre os membros).

A coesão familiar pode, segundo Olson e Gorall (2003), ser de diferentes níveis: desmembrada, quando a coesão é extremamente baixa, existindo uma separação emocional, ausência de lealdade, envolvimento muito baixo entre os familiares, pouca

frequência na demonstração de afectos, baixa proximidade entre pais e filhos, e separação dos membros, onde o tempo longe da família é elevado e as decisões são tomadas individualmente; separada, quando a coesão é entre moderada a baixa, em que, à semelhança da primeira, existe também uma separação emocional, a lealdade para com a família é ocasional e o envolvimento afectivo é aceitável, há fronteiras intergeracionais claras e alguma proximidade entre pais e filhos, passando algum tempo juntos. A tomada de decisões é individual mas existe a possibilidade de ocorrerem decisões em conjunto; ligada, quando a coesão é entre moderada a alta, sendo possível observar uma proximidade emocional e lealdade para com a família, dando-se ênfase ao envolvimento afectivo, a distância interpessoal é aceite e as interacções afectivas encorajadas, existindo fronteiras claras entre as gerações e uma grande proximidade entre pais e filhos. O tempo que passam juntos é importante, mas o espaço de cada um é respeitado. As decisões são tomadas, preferencialmente, em conjunto; e emaranhada, existindo coesão extremamente alta, elevada proximidade emocional e lealdade para com a família, existe uma espécie de fusão e super-dependência, grandes demonstrações afectivas mas, ao mesmo tempo, um grande controlo. Deste modo, existe uma ausência de fronteiras intergeracionais e uma excessiva proximidade entre pais e filhos, sendo a união predominante. O tempo passado em conjunto é indispensável, não existindo lugar para o espaço individual, sendo também as decisões tomadas em contexto familiar. Este modelo postula que existem dois níveis equilibrados e dois em desequilíbrio. Os níveis separada e ligada geram um funcionamento familiar óptimo e equilibrado, promovendo um funcionamento psicológico adequado aos seus membros, onde os indivíduos podem ser autónomos e íntimos em relação aos outros membros da família. Os níveis desmembrada e emaranhada são, regra geral, associados à disfuncionalidade e ao desequilíbrio familiar. De acordo com estudos realizados a coesão familiar influencia o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais nos adolescentes (e.g., Boon, 2008, Bowers, Smith, & Binney, 1992, Fang et al., 2009, Feinberg, Ridenour & Greenberg, 2007, Feinberg, Button, Neiderhiser, Reiss & Hetherington, 2007, Henderson et al., 2006, Lucia & Breslau, 2006, Smets & Hartup, 1988, Tolan, 1988, Yu et al., 2006, citados por Gouveia, 2010). Sendo assim, se existir uma maior proximidade na relação entre pais e filhos, existirá níveis mais baixos de comportamentos desadequados por parte dos adolescentes. A literatura também revela que a coesão familiar apresenta uma associação positiva com o desempenho académico dos adolescentes, isto porque quanto maior o suporte entre os membros da família, mais elevado é o desempenho académico

(e.g., Annunziata, Hogue, Faw, & Liddle, 2006; Boon, 2008; Masselam, Marcus, & Stunkard, 1990; Ramsey, 2008; Unger, McLeod, Brown, & Tressell, 2000, citados por Gouveia, 2010).

Por sua vez, a adaptabilidade familiar “mede o ponto a que a família permite mudanças ou até que ponto é caracterizada pela estabilidade” (e.g., Barker, 2000, citado por Gouveia, 2010). Os níveis de flexibilidade extremados, i.e., extremamente elevados ou extremamente baixos tendem a ser problemáticos para o funcionamento e a organização familiar (e.g., Olson & Gorall, 2003). A satisfação é considerada o grau de felicidade sentido pelos membros da família, uns em relação aos outros, sendo que, de acordo com o Modelo Circumplexo, as famílias equilibradas estarão mais satisfeitas com o seu sistema familiar do que as famílias desequilibradas (e.g., Olson & Gorall, 2003). Neste seguimento, uma comunicação positiva facilita o funcionamento familiar, na medida em que promove vínculos entre os familiares (e.g., Banner, Mackie & Hill, 1996). No entanto, é de notar que um aumento de conflitos entre pais e filhos adolescentes não implica falta de coesão familiar ou de comunicação. Desde que estes permaneçam ligados emocionalmente, pode estar presente um processo de adaptação familiar gradual, que está inerente ao processo de autonomização do adolescente (e.g., Lemos, 2007). O foco da adaptabilidade baseia-se na forma como o sistema familiar se consegue equilibrar entre a mudança e a estabilidade (e.g., Olson, 2000, citado por Brás, 2009). No referido modelo verificam-se quatro níveis de adaptabilidade: 1) rígido, em que a adaptabilidade é extremamente baixa; 2) estruturado, em que a adaptabilidade é baixa e/ou moderada; 3) flexível, em que a adaptabilidade é moderada e/ou alta; e 4) caótico, em que a adaptabilidade é muito alta. No primeiro nível, um dos membros da família controla e lidera a dinâmica nela existente. As decisões são, na maioria, impostas por esse elemento e a negociação é quase inexistente. Verifica-se, ainda, uma rigidez nos papéis e uma inflexibilidade nas regras. No segundo nível é possível verificar a presença de um líder democrático que negocia com os restantes membros. Os papéis são estáveis mas com possibilidade de mudança e as regras são implementadas podendo ser ajustadas quando necessário. O terceiro nível é caracterizado por uma liderança igualitária e uma abordagem democrática no que diz respeito à tomada de decisão. O processo de negociação é aberto e os papéis são partilhados, alterando-se sempre que necessário. Por último, o nível Caótico que reflecte uma ausência de liderança ou uma liderança limitada. As decisões são tomadas de forma

impulsiva, sem qualquer estrutura interna e as regras não estão bem definidas (e.g., Olson, 2000, citado por Brás, 2009).

Concluindo, prevê-se que as famílias consideradas mais funcionais possuam um conjunto de recursos e de competências passíveis de favorecer adaptações adequadas a possíveis eventos que possam afectar o funcionamento familiar (e.g., Greef, 2000, citado por Brás, 2009). Bossard e Sanger (1952, citado por Brás, 2009) referem que no quotidiano das famílias numerosas surgem constantes mudanças, pelo que os seus elementos sentem necessidade de se ajustar às mesmas, desenvolvendo a capacidade de adaptabilidade.

Outro factor de protecção familiar diz respeito à relação de afectos entre os membros. Esta pressupõe demonstração de amor entre pais e filhos. Faz parte das funções enquanto pais dar atenção e valorizar os comportamentos adequados dos filhos, apresentando consequências positivas (e.g., Weber, Salvador & Brandenburg, 2006). O envolvimento é também considerado uma prática educativa, distinguindo-se do relacionamento afectivo porque corresponde à participação dos pais na vida dos filhos em termos de apoio, sensibilidade às reações dos filhos, presença nas diversas situações do dia-a-dia. Filhos de pais afectivos e envolvidos demonstram comportamentos mais adequados (e.g., Aviezer, Sagi, Resnick & Gini, 2002, Sartor & Youniss, 2002, citados por Weber, Salvador & Brandenburg, 2006).

Esta demonstração de afectos faz parte de um bom suporte familiar o que, segundo a literatura, na ausência deste as crianças tendem a ser mais retraídas, menos activas, mais ofensivas e desatentas, e não cooperativas (e.g., Kashani, Canfield, Borduin, Soltys & Reid, 1994, citado por Baptista, 2005). O suporte familiar está também relacionado com a satisfação na vida das pessoas, principalmente adolescentes e jovens adultos, isto porque, indivíduos que possuem maior suporte familiar apresentam maior satisfação com a vida (e.g., Pardeck, Brown, Christian, Schnurbusch, Shrum, & Terrell, 1991, citado por Baptista, 2005).

Apesar da importância que o suporte familiar ocupa na vida do indivíduo, são poucos os investimentos para a sua medição, existindo um reduzido número de instrumentos relacionados com esta área que permitam o acesso ao tipo de suporte familiar perspectivado pelos jovens em casa. A década de 80 foi o período mais fértil neste âmbito, com diversos instrumentos oriundos de vários modelos teóricos (e.g., Corcoran & Fischer, 1987, Epstein, Baldwin & Bishop, 1983, Green, Kolevzon & Vosler, 1985, Olson, Portner & Lavee, 1985, Parker, Tupling & Brown, 1979, citado

por Baptista, 2005). Neste seguimento, Carneiro (1983, citado por Baptista, 2005) desenvolveu a Entrevista Familiar Estruturada (EFE), constituída por tarefas verbais e não verbais, aplicadas na família com o objectivo de avaliar a sua dinâmica. A EFE avalia dimensões como a comunicação, regras, papéis, liderança, conflitos e interacção conjugal. Um outro instrumento desta época foi desenvolvido por Pasquali e Araújo (1986, citado por Baptista, 2005) – Questionário de Percepção dos Pais (QPP) – que avalia a percepção que os filhos adolescentes possuem dos seus pais. Também Lummerts e Biaggio (1987, citado por Baptista, 2005) desenvolveram uma escala para medir o nível de satisfação do adolescente na sua família relativamente à relação entre o pai e mãe, ao nível sociocultural da família e ao relacionamento entre irmãos, sendo uma escala restrita a adolescentes. Mais recentemente, Gomide (2003, citado por Baptista, 2005) desenvolveu um Inventário de Estilos Parentais (IEP) que aborda práticas educativas de pais em relação aos filhos adolescentes. O instrumento é composto por estilos parentais negativos e positivos. No mesmo ano, Benetti e Balbinotti desenvolveram o Inventário de Práticas Parentais com o fim de avaliar as práticas de socialização por parte dos pais e mães em filhos com idade escolar (e.g., Baptista, 2005). Abordaremos no ponto seguinte a dimensão das famílias na Europa.

Em suma, a sociedade espera que seja a família a preparar os seus filhos para a socialização com o próximo (e.g., Boeckel & Sarriera, 2005). Mais concretamente, será tarefa da família proporcionar o desenvolvimento físico, emocional e a independência dos seus membros (e.g., Baumrind, 1980, 1996, Lane, 1999, Musito & Cava, 2001, Ruiz & Esteban, 1999, citados por Boeckel & Sarriera, 2005; Adam, Chyu, Hoyt, Doane, Boisjoly, Duncan, Chase-Lansdale & McDade, 2011).

1.4. Estrutura da Família

Nas sociedades contemporâneas torna-se cada vez mais clara a necessidade de procurar conhecer os aspectos de mudança na dimensão e estrutura das populações (e.g., Magalhães, 2002). O declínio da fecundidade, i.e., a relação existente entre o número de nados vivos e o número de mulheres em idade fecunda - Portugal adopta o intervalo dos 15 aos 49 anos de idade (e.g., Silva, 2002) - que se verificou nos vários países nas últimas décadas é uma das principais transformações demográficas na Europa. O adiamento dos nascimentos e do primeiro filho caracteriza a demografia actual. Esta tendência iniciou-se nos anos 70 na maioria dos países europeus e manifestou-se, mais tarde, nos países da Europa do Sul (e.g., Oliveira, 2009).

Na Europa existem os níveis de fecundidade mais reduzidos do mundo, verificando-se um decréscimo desde o início da década de 60, onde reiteram valores abaixo de 2,1 crianças por mulher (e.g., Magalhães, 2002; Liefbroer, 2009). No início do século XXI, Portugal faz parte dos países com os mais baixos níveis de fecundidade na Europa (e.g., Kohler, Billari & Ortega, 2002, citado por Mendes, Rego, & Caleiro, 2006), com valores abaixo do nível necessário para assegurar a substituição das gerações, tendo decrescido de valores que rondavam os 3,2 filhos em 1960, para os 1,4 filhos por mulher em 1995, ano a partir do qual se tem registado um ligeiro acréscimo, rondando os 1,5 crianças por mulher em 2000. Para este adiamento muito contribuem as mudanças no ciclo de vida dos indivíduos, a entrada numa conjugalidade, a formação da sua própria família e, conseqüentemente, a entrada na parentalidade. A ocorrência destas situações está associada a factores diversos, como o alargamento da escolaridade obrigatória, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, o ingresso em carreiras profissionais mais exigentes e o acesso a casa própria (e.g., Magalhães, 2002). Para além disto, também as transformações nas relações de género, a mudança de valores e atitudes, e a alteração nas representações da família constituem factores que contribuem para as alterações demográficas (e.g., Oliveira, 2009). A influência destes factores poderá também explicar o facto de, entre 1960 a 1975, em Portugal, as idades médias referentes ao casamento e ao nascimento de um filho apresentassem uma tendência de diminuição, contrapondo à situação actual (e.g., Magalhães, 2002).

De acordo com os resultados apurados pelo Instituto Nacional de Estatística no inquérito à população de 2011, assiste-se a um retardamento da idade em que os jovens formam a sua própria família, verificando-se um adiamento da saída de casa dos pais, da primeira ligação conjugal e do nascimento do primeiro filho. Por conseguinte, verifica-se um declínio da fecundidade. De facto, as mulheres de gerações anteriores tiveram mais filhos e mais cedo. É importante referir que o adiamento da fecundidade não é apenas efeito do prolongamento da vida escolar mas, também, da escolha de profissões cada vez mais exigentes ao nível do tempo passado fora de casa, o que dificulta a entrada na parentalidade. Apesar da baixa fecundidade, os dados apontam para uma considerável consistência no número máximo de filhos desejados. Na maioria dos grupos etários esse número ronda, em média, as 2,1 crianças (valor equivalente ao limiar de substituição de gerações). A par do valor de fecundidade atingido pelas gerações anteriores (também 2,1 filhos), este indicador permite pensamentos mais

positivos quanto à evolução futura da fecundidade em Portugal (e.g., Instituto Nacional de Estatística, 2001).

Em Portugal, os agregados constituídos por indivíduos sem filhos e sem cônjuge possuem os maiores valores nos grupos etários mais jovens. No grupo dos 15 aos 19 anos estes valores variam entre os 96% no caso das mulheres, e os 99% no caso dos homens. A percentagem torna-se inferior a 50% no grupo dos 25 aos 29 anos no caso das mulheres, e no grupo dos 30 aos 34 anos no caso dos homens (e.g., Instituto Nacional de Estatística, 2001). As famílias são hoje de menor dimensão (e.g., INE, 2011b). A sua dimensão média em 2011 era de 2,6, enquanto em 2001 era de 2,8. Aumentou o número de famílias com uma e duas pessoas. As famílias de maior dimensão têm vindo a extinguir-se: em 2011 as famílias com cinco ou mais pessoas representavam 6,5%, face a 9,5% em 2001 e a 15,4% em 1991.

Os níveis futuros de fecundidade serão condicionados pela dimensão desejada da família, e apesar de se reconhecer que a fecundidade considerada “ideal” excede a “real”, é de assinalar alguma consistência no que concerne ao número máximo de filhos desejados pelas mulheres portuguesas, respondentes do Inquérito à Fecundidade e Família 1997 (IFF97), que ronda as 2,1 crianças. Podemos, então, concluir que as pessoas optam por não constituírem uma família dita numerosa, i.e., constituída por três ou mais filhos (e.g., Associação Portuguesa de Famílias Numerosas), dando preferência a famílias mais pequenas, com um ou dois filhos. De acordo com o mesmo inquérito, as principais causas que levam os casais a optar por não ter mais filhos, ou não terem filhos de todo, são, em primeiro lugar, motivos económicos. De seguida, surgem as dificuldades em educar uma criança, a maior dificuldade das mães em obter emprego, as complicações do parto, a dificuldade em conciliar família e trabalho, o entrave da dimensão da casa, as crianças retirarem muito tempo ao casal e problemas de saúde de um dos cônjuges. O mesmo inquérito demonstra que as causas que levam os casais a optar ter (mais) filhos são, por ordem de prioridade: 1) dá um sentimento de alegria especial, vê-lo crescer e desenvolver-se é muito gratificante; 2) o aumento da família; 3) o aumento da maturidade e do sentido de responsabilidade dos pais; 4) o fortalecer da relação do casal; 5) a diminuição das hipóteses de solidão na velhice; e, por último, 6) o desejo de ter um filho de determinado sexo (e.g., Silva, 2002).

Em suma, são vários os cenários de fecundidade que se podem colocar aos indivíduos: um que contempla a vinda de crianças; outro construído sobre um número definido de crianças (filho único, dois filhos, três filhos); outro que exclui a presença de

crianças; e outro em que ainda está por decidir a disponibilidade de acolher crianças (e.g., Wall, 2005).

Os estudos sobre a influência da estrutura familiar nos comportamentos na adolescência demonstram que existem vários aspectos que podem contribuir negativamente para o desenvolvimento dos adolescentes, como o divórcio dos pais e a monoparentalidade (e.g., Baer, 1999, Barber, 1995, Garnefski & Okma, 1996, Murry, Bynum, Brody, Willert & Stephens, 2001, Schoon & Parsons, 2002, citados por Lemos, 2007). Estes estudos demarcam, ainda, o facto dos adolescentes filhos de pais divorciados, que vivem apenas com a mãe, possuem maiores perturbações ao nível do comportamento e um funcionamento social mais pobre. Baer (1999, citado por Lemos, 2007) encontrou diferenças no que diz respeito ao conflito entre famílias monoparentais e famílias nucleares intactas. Mais concretamente, nas primeiras a comunicação foi percebida pelos adolescentes como menos satisfatória, existindo um grau de coesão menor e um nível de conflito superior. Estas conclusões podem ser justificadas devido ao facto da monoparentalidade não estar associada a modelos masculinos e sim à figura da mãe, podendo ser visto como um factor de vulnerabilidade familiar (e.g., Zimmerman & Becker-Stoll, 2002; Flouri & Buchanan, 2003).

No que concerne à dimensão da família, i.e., ao número necessário de elementos para se ser considerada família numerosa, há literatura que informa que quando existem cerca de cinco pessoas no núcleo familiar (e.g., Alencar & Frota, 2003) ou quatro irmãos (e.g., Bastos & Almeida Filho, 1990, citado por Vivian, 2006), pode-se classificar a família como numerosa. No entanto, a presente dissertação seguiu o conceito da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas que considera famílias numerosas, famílias com cinco ou mais elementos, nomeadamente um casal com três ou mais filhos (desta relação ou de outros relacionamentos), sendo que estes têm de estar a viver no agregado familiar junto das figuras parentais. Já as famílias não numerosas envolvem apenas um casal com um ou dois filhos (e.g., APFN, 1999; Boone & Montare, 1979; Stagner & Katzoff, 1936, citado por Brás, 2009). Não existe consenso quando se relaciona a dimensão da família com os factores de risco e protecção. Por um lado, existem estudos que incidem sobre os factores de risco, demonstrando que se tende a associar uma família numerosa a comportamentos anti-sociais na adolescência (e.g., Barnoski, 1998; Wasserman & Seracini, 2001, citado por Lemos, 2007). Estes efeitos sobre o tamanho da família e sobre o comportamento das crianças e jovens têm sido estudados há mais de quatro décadas. Por outro, a investigação constata que

crianças de famílias numerosas, por norma, apresentam comportamentos mais aceitáveis do que crianças de famílias não numerosas (e.g., Boon e Montare, 1979, citado por Berryhill, 1982), ou que ser parte de famílias numerosas tem efeitos negativos sobre as crianças e os pais (e.g., Kunz e Peterson, 1977, citado por Berryhill, 1982), considerando que uma família numerosa produz mais filhos delinquentes do que famílias não numerosas, (e.g., Wolkind, 1974, Andrew, 1978, citados por Berryhill, 1982), e que as crianças de família numerosa têm um quociente mais baixo do que crianças de famílias não numerosas (e.g., Anastasi, 1956, citado por Berryhill, 1982). Outros estudos fornecem diferenças entre as famílias numerosas e não numerosas no que diz respeito a atitudes e comportamentos. Em primeiro lugar, demonstram que crianças de famílias numerosas têm relações menos favoráveis com os pais e os pares (e.g., Nye, 1952, citado por Berryhill, 1982); em segundo lugar, crianças de famílias numerosas possuem menos êxitos sociais (e.g., Bonney, 1944, citado por Berryhill, 1982). Bossard (1954, citado por Berryhill, 1982) defende que as crianças de famílias numerosas desejam uma atenção que esse tipo de família não pode fornecer, dado o número elevado de elementos. Tal facto afecta a atitude da criança e o seu comportamento no que diz respeito à interacção social. Em contraste, filhos de famílias numerosas também podem ter a tendência de se unir mais aos membros da família, recusando-se a interagir socialmente com qualquer pessoa fora do seu âmbito familiar (e.g., Bossard, 1954, citado por Berryhill, 1982).

Bolsoni (2000, citado por Vivian, 2006) investigou a relação entre empatia e o número de irmãos, bem como se o número de irmãos era considerado protecção ou risco ao desenvolvimento. O autor concluiu que as crianças com muitos irmãos, i.e., pertencentes a famílias numerosas, podiam estar em situação de risco quando consideradas como tendo um baixo estatuto sociocultural, onde dividiam os poucos recursos disponíveis pelo número elevado de filhos. Contudo, o cuidado entre irmãos neste tipo de famílias foi considerado um importante factor de protecção. No geral, as crianças que tinham irmãos apresentaram um maior desenvolvimento emocional e social, nomeadamente quando falamos de empatia.

Para ser possível uma avaliação das relações entre as figuras parentais e os seus filhos é necessário considerar algumas variáveis estruturais no que diz respeito à família, entre as quais o seu tamanho, que pode influenciar os padrões de interacção entre os membros (e.g., Hawkes et al., 1958, citado por Brás, 2009), e pode inclusive condicionar os recursos parentais, aumentando os níveis de *stress* entre os elementos

(e.g., Jenkins, Rasbash & O'Conner, 2003, citado por Brás, 2009). Neste âmbito, a literatura defende que as famílias numerosas diferenciam-se das famílias não numerosas em determinados aspectos: ambas as estruturas envolvem um sistema de vida com características diferentes; a resolução de problemas e as adversidades enfrentadas; e os padrões de adaptabilidade (e.g., Bossard & Sanger, 1952, citado por Brás, 2009).

As investigações no âmbito das famílias numerosas e não numerosas têm vindo a expandir-se ao longo dos últimos anos, através de estudos em áreas como a parentalidade, a conjugalidade e o ajustamento da criança (e.g., Greene & Anderson, 1999, citado por Brás, 2009). O que une estes estudos são as conclusões que referem que o dia-a-dia das famílias numerosas tende a ser mais complexo, quer pelo número de elementos, quer pela coordenação e adaptabilidade necessárias para fazer face às situações menos agradáveis que vão emergindo (e.g., Bossard & Sanger, 1952, citado por Brás, 2009). É um facto que as famílias numerosas, no seu quotidiano, se deparam com um conjunto de factores de *stress* que podem conduzir a crises, partilhadas pelos seus membros. Tendo em conta a frequência destas situações com menos impacto, as famílias numerosas desenvolvem o que se pode chamar de imunidade perante situações de maior adversidade, na medida em que adquirem uma maior capacidade de adaptação às mesmas. O que acontece é que acabam por transformar o conflito num elemento enriquecedor para a família (e.g., Bossard & Sanger, 1952, citado por Brás, 2009).

É possível observar, nesta linha de raciocínio, que nas famílias numerosas surgem mudanças com alguma frequência, i.e., os seus elementos vivem num ambiente de variados acontecimentos, sentindo necessidade de se adaptarem aos mesmos, alterando a sua estrutura de poder, de responsabilidade, de papéis e de regras, quer em grupo, quer individualmente. Tudo isto com o objectivo de potenciar o desenvolvimento dos membros (e.g., Bossard & Sanger, 1952, citado por Brás, 2009). De facto, é necessário um sentido de cooperação para se conseguir gerir a dinâmica das relações familiares e manter o equilíbrio e a ligação emocional, essenciais a uma boa relação familiar. Assim, nas famílias numerosas a importância é dada ao grupo, pois as decisões são tomadas tendo em conta esse mesmo grupo ou família, e os comportamentos de um membro são influenciados pelos restantes (e.g., Bossard & Sanger, 1952, citado por Brás, 2009). Deste modo, quanto maior a família, maior a necessidade de organização, liderança e controlo exigidas, o que remete para a existência de papéis dominantes por parte dos pais ou dos irmãos mais velhos (e.g., Bossard & Sanger, 1952, citado por Brás, 2009; Nye, Carlson & Garrett, 1970, citado por Wagner, Schubert & Schubert,

2001). Sendo assim, a disciplina nas famílias numerosas pode ser, também, imposta pelos irmãos mais velhos, porque é provável que os pais tenham dificuldade em dar atenção a cada um dos filhos (e.g., Bossard & Boll, 1955, Bossard & Sanger, 1952, citados por Brás, 2009; Wagner, Schubert & Schubert, 2001). Neste tipo de família os filhos adquirem uma função particular, atribuída pela posição que ocupam e pela relação que estabelecem com os restantes elementos, pelo que o irmão mais velho tende a representar uma segunda figura parental (e.g., Bossard & Boll, 1955, citado por Brás, 2009; Wagner, Schubert & Schubert, 2001). No que diz respeito ao bem-estar familiar, Bossard e Boll (1956, citado por Brás, 2009; Wagner, Schubert & Schubert, 2001) afirmam que as famílias numerosas influenciam de forma positiva o desenvolvimento da personalidade das crianças. Isto porque, o clima familiar que alicerça o tamanho da família, tende a promover uma segurança emocional face aos obstáculos. Para além disso, é referido que crescer com muitos irmãos, promove a aquisição precoce de competências sociais nas crianças como a partilha e a cooperação, devido às oportunidades de interacção com os vários elementos, prevenindo o aparecimento de problemas comportamentais e emocionais (e.g., Hawkes et al., 1958, citado por Brás, 2009; Wagner, Schubert & Schubert, 2001). Segundo a literatura (e.g., Boone e Montare, 1979, citado por Brás, 2009; Wagner, Schubert & Schubert, 2001), quando as práticas parentais são ajustadas, os filhos de famílias numerosas apresentam menos comportamentos desadequados, comparados aos filhos de famílias não numerosas. Isto justifica-se devido ao desenvolvimento precoce das competências sociais e pessoais já referidas anteriormente. De facto, os conflitos familiares envolvem uma luta constante pela partilha da atenção e de afecto por parte dos pais, o que provoca problemas entre os irmãos e até na relação entre pais e filhos (e.g., Jenkins et al., 2003, citado por Brás, 2009). Perante isto, torna-se importante realçar os factores de protecção que promovem, nos membros das famílias numerosas, um desenvolvimento saudável e equilibrado, permitindo a prevenção de comportamentos desadequados. Falamos de uma forte coesão familiar e da capacidade de adaptabilidade, de práticas parentais adequadas, e de bons recursos sociais (e.g., Taanila, Ebeling, Kotimaa, Moilanen & Järvelin, 2004, citado por Brás, 2009).

Neste âmbito, surgem diversas contradições que estão associadas ao facto de se crescer numa família numerosa e no quanto isso poderá ser, ou não, um factor de risco para o ajustamento psicológico e comportamental das crianças (e.g., Fisher, 1984, citado por Brás, 2009). Se os factores de protecção estiverem presentes, a estrutura familiar

será uma boa base para proteger as crianças de eventuais problemas comportamentais que possam surgir (e.g., Fisher, 1984, citado por Brás, 2009). Estes pressupostos defendem que os efeitos negativos apontados às famílias numerosas são, provavelmente, causados pelas condições de vida em que as mesmas se encontram e pela forma como os seus membros se relacionam, e não pelo tamanho da família (e.g., Brás, 2009). Nas famílias não numerosas a importância é dada à vertente individual, sendo que os seus membros podem usufruir de maior atenção por parte dos pais, o que favorece o desenvolvimento da personalidade dos filhos (e.g., Blake, 1989, Bossard & Sanger, 1952, Hawkes et al., 1958, citados por Brás, 2009; Wagner, Schubert & Schubert, 2001).

1.5. Problema e Objectivos

Sendo o caminho da adolescência repleto de factores que enfraquecem o suporte social (e.g., Eccles & Gootman, 2002; Reis, 2009; Sapienza & Pedromônico, 2005), torna-se necessário analisar que protecções existem para o jovem, de modo a tornar-se resiliente, conseguir ultrapassar as adversidades inevitáveis dessa idade e proteger a sua saúde mental. Isto porque, existe um elevado risco de suicídio devido a estados depressivos na adolescência e à existência de factores familiares negativos, como problemas de saúde mental, violência física, psicológica e sexual, violência entre os pais, e separação dos mesmos (e.g., Maj & Sartorius, 2005, citado por Avanci, Assis, Oliveira, Ferreira & Pesce, 2007; Assis et al, 2006, Kestilä et al, 2006, Vitolo et al, 2005, citados por Avanci et al, 2007). Para além destes aspectos mais desenvolvimentais e relacionados com a saúde mental, existe uma enorme escassez de investigação neste âmbito (e.g., Maia & Williams, 2005), i.e., tanto sobre factores de protecção em jovens, quanto sobre famílias numerosas.

Em suma, torna-se essencial estudar a adolescência e os factores de protecção que os jovens têm à sua disposição, quando fornecidos de forma positiva, para a adopção de melhores estratégias na transição do estado jovem para o estado adulto. Por fim, dada a população cada vez mais envelhecida dominante em Portugal e do reduzido índice sintético de fecundidade que começa a caracterizar o nosso país, é de extrema importância estudar as famílias que lutam para que a substituição de gerações aconteça (e.g., INE, 2011b; Kohler, Billari & Ortega, 2002, citado por Mendes, Rego, & Caleiro, 2006; Oliveira, 2009). Neste seguimento, surge a questão de investigação “Será que

jovens pertencentes a famílias numerosas possuem mais factores de protecção familiar, do que jovens de famílias não numerosas?”.

Ainda, na revisão de literatura não se conhecem estudos consistentes sobre a medição de recursos e de competências passíveis de favorecer adaptações adequadas a possíveis eventos que possam afectar o funcionamento familiar nas famílias numerosas e não numerosas, estudadas nesta dissertação.

Relativamente aos objectivos, pretende-se com a presente investigação explorar a relação entre o tamanho da família e os Factores de Protecção Familiares dos Jovens, e analisar as diferenças no âmbito dos Factores de Protecção Familiares entre Famílias Numerosas e Não Numerosas.

II

Método

O presente trabalho tem um carácter exploratório, na medida em que pretende explorar relações entre variáveis, através de dois tipos de metodologia – quantitativa e qualitativa.

2.1. *Participantes*

No que diz respeito à metodologia quantitativa, como critérios de inclusão, para os jovens de Famílias Numerosas estes tinham de ter dois ou mais irmãos, ter entre 12 e 16 anos de idade e pertencer ao distrito de Lisboa. No caso dos jovens de Famílias Não Numerosas estes tinham de ser filhos únicos ou ter no máximo um irmão, ter entre 12 e 16 anos de idade e pertencer ao distrito de Lisboa.

As questões demográficas foram analisadas com base no questionário de Gonçalves (2011) (ver Anexo A), onde abordavam questões relacionadas com o sexo, a idade, a nacionalidade, a religião e respectiva frequência com que a praticam, quem são os cuidadores principais do respondente e respectivas habilitações literárias, se possuem um quarto individual, quantos irmãos têm e de que idades.

Sendo assim, participaram no estudo, 119 jovens: 84 de Famílias Numerosas (70,6%) e 35 de Famílias Não Numerosas (29,4%). Destes, 55,5% são do sexo feminino e 44,5% são do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade ($M=13,82$; $DP=1,412$). A nacionalidade é maioritariamente Portuguesa (96,6%) e

os jovens têm como principais cuidadores a Mãe (97,5%) e o Pai (77,3%). Quanto às habilitações literárias dos cuidadores, estes possuem mais o Ensino Superior (57,4%) e as profissões estão mais relacionadas com actividades intelectuais e científicas (44,4%). No que diz respeito às pessoas que moram com eles, também referem mais a Mãe (97,5%) e o Pai (83,2%). Quando questionámos sobre o jovem ter ou não um quarto só para si, obtivemos mais respostas positivas em ambos os tipos de família (FN – 36,8%; FNN – 23,1%). Quanto à religião predomina a religião Católica (77,3%), com frequência de culto de uma vez por semana ou mais (44,5%).

Os dados de caracterização demográfica encontram-se de forma detalhada no Quadro 1. As profissões dos cuidadores foram categorizadas de acordo com a classificação portuguesa das profissões (INE, 2011a).

Quadro 1. Caracterização demográfica dos participantes

		N	%
Tipo de Família	Numerosa (FN)	84	70,6
	Não Numerosa (FNN)	35	29,4
Sexo	Masculino	53	44,5
	Feminino	66	55,5
Tens um quarto só para ti?	Sim (FN)	43	36,8
	Não (FN)	39	33,3
	Sim (FNN)	27	23,1
	Não (FNN)	8	6,8
Idades	12 Anos	28	23,5
	13 Anos	27	22,7
	14 Anos	21	17,6
	15 Anos	24	20,2
	16 Anos	19	16
Nacionalidade	Portuguesa	115	96,6
	Portuguesa-Sueca	1	0,8
	Portuguesa-Belga	1	0,8
	Portuguesa-Timorense	1	0,8
	Romena	1	0,8
Quem são os teus cuidadores principais?	Pai	92	77,3
	Mãe	116	97,5

	Padrasto/Companheiro da Mãe	10	8,4
	Madrasta/Companheira do Pai	2	1,7
	Outros	7	5,9
Quais destas pessoas moram na tua casa?	Pai	99	83,2
	Mãe	116	97,5
	Padrasto/Companheiro da Mãe	13	10,9
	Madrasta/Companheira do Pai	2	1,7
	Irmãos	108	90,8
	Outros	14	11,8
Religião	Não tenho	15	12,6
	Ateu	2	1,7
	Católica	92	77,3
	Evangélica-Protestante	1	0,8
	Messiânica	1	0,8
	Romena	1	0,8
Com que frequência participas em Cultos ou actividades religiosas?	Uma vez por semana ou mais	53	44,5
	Duas ou três vezes por mês	8	6,7
	Uma ou algumas vezes por ano	34	28,6
	Nenhuma vez	24	20,2
Habilitações Literárias dos cuidadores	Ensino Primário	8	4,2
	Ensino Básico	15	7,9
	Ensino Secundário	57	30
	Ensino Superior	109	57,4
Profissão dos cuidadores	Forças Armadas	2	1
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	21	10,2
	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	91	44,4
	Técnicos e profissões de nível intermédio	45	22
	Pessoal Administrativo	16	7,8
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	6	2,9
	Trabalhadores	4	2

qualificados da indústria, construção e artifícios		
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1	0,5
Trabalhadores não qualificados	18	8,8

Fonte: Base de dados do estudo.

Nota: N=119 mas devido aos *missings* e à forma de categorização das profissões e das habilitações literárias dos cuidadores, o total nem sempre é igual a 119 respostas.

Quanto à amostra da metodologia qualitativa, à semelhança da amostra da metodologia quantitativa, os critérios de inclusão incidiram numa jovem ter de fazer parte de uma FN e a outra de uma FNN, em que tinham de ter entre 12 e 16 anos de idade e pertencerem ao distrito de Lisboa. Participaram neste estudo duas jovens do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade, do distrito de Lisboa.

2.2. Instrumentos

O questionário utilizado foi o Inventário de Percepção de Suporte Familiar – IPSF (ver Anexo B) (Baptista, 2005, 2007). Primeiramente foi pedida autorização ao autor para a sua utilização e, posteriormente, recorreu-se à adaptação transcultural (Gonçalves, Cordeiro, Boavida & Farcas, 2012, segundo Pesce, Assis, Avanci, Santos, Malaquias & Carvalhaes, 2005), visto o questionário ser original do Brasil. Deste modo, foi necessário traduzi-lo para português de Portugal. A tradução foi levada a cabo por uma pessoa de nacionalidade portuguesa com formação em Psicologia, tendo sido revista por quatro juízes independentes também eles de nacionalidade portuguesa, de forma a verificar a adequação dos itens à língua portuguesa no respectivo contexto cultural. A retradução foi levada a cabo por duas pessoas de nacionalidade brasileira com formação em Psicologia. A tabela abaixo demonstra os resultados deste processo.

Os itens do IPSF foram construídos com base em diversos instrumentos nacionais e internacionais: *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* (FACES-III), de Olson, Portner e Lavee (1985), citado por Corcoran e Fischer (1987); o *Family Assessment Device* (FAD), de Epstein e colaboradores (1983); o *Family Awareness Scale* (FAZ), de Green e colaboradores (1985); o *Parental Bonding*

Instrument (PBI), de Parker e colaboradores (1979) e o Questionário de Estilos Parentais de Gomide (2003) (Baptista, 2005, 2007).

Este questionário possui 42 itens e avalia o quanto as pessoas percebem as relações familiares em termos de afectividade, autonomia e adaptação entre os membros (Baptista, 2008). O instrumento é destinado a pessoas dos 11 aos 60 anos de idade, no entanto incidimos apenas nos jovens dos 12 aos 16 anos de idade. O mesmo é constituído por três factores, sendo que o Factor 1 é composto por 21 itens (e.g., “As pessoas na minha família seguem as regras estabelecidas entre eles”) e denominado Afectivo-Consistente, que diz respeito à expressão de afectividade entre os membros, interesse, proximidade, acolhimento, comunicação, interacção, respeito, empatia, clareza nas regras, consistência de comportamentos, verbalizações e capacidade de resolução de conflitos (itens 2, 3, 4, 5, 9, 11, 15, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 37, 41 e 42); o Factor 2 é composto por 13 itens (e.g., “Acredito que a minha família tem mais problemas emocionais do que as outras famílias”) e denomina-se Adaptação Familiar. Aborda questões relativas aos sentimentos e comportamentos negativos em relação à família (e.g., raiva, isolamento, incompreensão, exclusão, vergonha, irritação, relações agressivas) (itens 1, 6, 7, 8, 13, 16, 20, 21, 27, 32, 33, 36 e 39). Este factor é pontuado de maneira inversa aos outros, i.e., no final da avaliação quanto maior a pontuação, maior o nível de suporte familiar percebido pelo respondente; e, por último, o Factor 3 que é composto por 8 itens (e.g., “A minha família permite que eu me vista como quero”) e intitula-se de Autonomia Familiar, dizendo respeito a relações de confiança, liberdade e privacidade entre os membros (itens 10, 12, 14, 18, 19, 34, 38 e 40). As respostas são dadas de acordo com uma escala de *Likert* de 3 pontos – Quase Nunca ou Nunca; Às vezes; Quase Sempre ou Sempre.

O IPSF pode ser aplicado tanto de forma individual como em grupos de 80 pessoas, no máximo. Quando os grupos forem superiores a 20 pessoas, recomenda-se a presença de um auxiliar de pesquisa (Baptista, 2008). Pode, também, ser aplicado à estrutura familiar de base, i.e., pai, mãe, irmãos, ou à família de criação como os tios, padrinhos ou outros.

Algumas características do suporte familiar são muito investigadas por autores como é o caso de Olson, Russell & Sprenkle (e.g., 1983, citado por Baptista, 2005) que criaram o modelo teórico circunplexo dos sistemas familiares referindo-se a aspectos importantes das relações familiares como a coesão, definida como o vínculo emocional que os membros da família possuem uns com os outros, também composta de limites,

interesses familiares comuns, disponibilidade de tempo em conjunto, tomada de decisões, interesses e recreações, ligações entre os membros; a adaptabilidade, capacidade da família transformar a estrutura de poder e as regras em resposta a situações geradoras de *stress*; e a comunicação, que proporciona a facilitação das características da coesão e da adaptabilidade, sendo composta pela empatia intrafamiliar, o saber ouvir e os afectos entre os membros.

Quanto aos níveis de consistência interna, o Factor 1 – Afetivo-Consistente - obteve um alpha de Cronbach de .890, o Factor 2 – Adaptação Familiar – um alpha de .803, o Factor 3 – Autonomia – um alpha de .752 e a escala total um alpha de .913. Todos os factores apresentaram valores superiores a .70, demonstrando bons resultados de consistência interna (e.g., Cronbach, 1990).

Quadro 2. Adaptação Transcultural do Instrumento

Formulário Original	Tradução	Retradução
1. Acredito que minha família tenha mais problemas emocionais do que as outras famílias.	Acredito que a minha família tem mais problemas emocionais do que as outras famílias.	Acredito que a minha família tem mais problemas emocionais do que as outras famílias.
2. As pessoas na minha família seguem as regras estabelecidas entre eles.	As pessoas na minha família seguem as regras estabelecidas entre eles.	As pessoas na minha família seguem as regras estabelecidas entre eles.
3. Há regras sobre diversas situações na minha família.	Existem regras em diversas situações na minha família.	Existem regras em diversas situações na minha família.
4. Meus familiares me elogiam.	Os meus familiares elogiam-me.	Os meus familiares me elogiam.
5. Cada um em minha família tem deveres e responsabilidades específicas.	Cada um na minha família tem deveres e responsabilidades específicas.	Cada um na minha família tem deveres e responsabilidades específicas.
6. Meus familiares só mostram	Os meus familiares só	Os meus familiares

interesse uns pelos outros quando podem ter vantagens.	mostram interesse uns pelos outros quando podem ter vantagens.	só mostram interesse uns pelos outros quando podem ter vantagens.
7. Eu sinto raiva da minha família.	Eu sinto raiva da minha família.	Eu sinto raiva da minha família.
VIII. Em minha família brigamos e gritamos uns com os outros.	Na minha família discutimos e gritamos uns com os outros.	Na minha família brigamos e gritamos uns com os outros.
IX. Os membros da minha família expressam claramente pensamentos e emoções uns com os outros.	Os membros da minha família expressam claramente pensamentos e emoções uns com os outros.	Os membros da minha família expressam claramente pensamentos e emoções uns com os outros.
X. Minha família permite que eu me vista do jeito que eu quero.	A minha família permite que eu me vista como quero.	A minha família permite que eu me vista como quero.
XI. Minha família discute seus medos e preocupações.	A minha família discute os seus medos e preocupações.	A minha família discute os seus medos e preocupações.
XII. Minha família me faz sentir que posso cuidar de mim, mesmo quando estou sozinho(a).	A minha família faz-me sentir que posso cuidar de mim, mesmo quando estou sozinho(a).	A minha família me faz sentir que posso cuidar de mim, mesmo quando estou sozinho(a).
XIII. Eu me sinto como um estranho na minha família.	Eu sinto-me como um(a) estranho(a) na minha família.	Eu me sinto como um estranho na minha família.
XIV. Meus familiares me deixam sair o tanto quanto quero.	Os meus familiares deixam-me sair tanto quanto eu quero.	Os meus familiares me deixam sair o tanto quanto quero.

XV. As pessoas da minha família gostam de passar o tempo juntas.	As pessoas da minha família gostam de passar tempo juntas.	As pessoas da minha família gostam de passar tempo juntas.
16. Meus familiares geralmente culpam alguém da família quando as coisas não estão indo bem.	Os meus familiares geralmente culpam alguém da família quando as coisas não estão a correr bem.	Os meus familiares geralmente culpam alguém da família quando as coisas não estão indo bem.
17. Minha família discute junto antes de tomar uma decisão importante.	A minha família conversa antes de tomar uma decisão importante.	A minha família conversa antes de tomar uma decisão importante.
18. Em minha família tem privacidade.	Na minha família há privacidade.	Na minha família há privacidade.
19. Minha família permite que eu seja do jeito que eu quero ser.	A minha família permite que eu seja como quero ser.	A minha família permite que eu seja como quero ser.
20. Há ódio em minha família.	Há ódio na minha família.	Há ódio na minha família.
21. Eu sinto que minha família não me compreende.	Eu sinto que a minha família não me compreende.	Eu sinto que a minha família não me compreende.
22. Na solução de problemas, a opinião de todos na família é levada em consideração.	Na solução de problemas, a opinião de todos na família é levada em consideração.	Na solução de problemas, a opinião de todos na família é levado em consideração.
23. As pessoas da minha família sabem quando alguma coisa ruim aconteceu comigo mesmo eu não falando.	As pessoas da minha família sabem quando alguma coisa má aconteceu comigo, mesmo que eu não fale.	As pessoas da minha família sabem quando alguma coisa ruim aconteceu comigo, mesmo que eu não fale.

24. Os membros de minha família se tocam e se abraçam.	Os membros da minha família tocam-se e abraçam-se.	Os membros da minha família se tocam e se abraçam.
25. Minha família me proporciona muito conforto emocional.	A minha família proporciona-me muito conforto emocional.	A minha família me proporciona muito conforto emocional.
26. Minha família me faz sentir melhor quando eu estou aborrecido(a).	A minha família faz-me sentir melhor quando eu estou aborrecido(a).	A minha família me faz sentir melhor quando eu estou aborrecido(a).
27. Viver com minha família é desagradável.	Viver com a minha família é desagradável.	Viver com a minha família é desagradável.
28. Em minha família opinamos o que é certo/errado buscando o bem estar de cada um.	Na minha família damos opinião sobre o que é certo/errado procurando o bem-estar de cada um.	Na minha família damos opinião sobre o que é certo/errado procurando o bem estar de cada um.
29. Em minha família as tarefas são distribuídas adequadamente.	Na minha família as tarefas são distribuídas equitativamente.	Na minha família as tarefas são distribuídas adequadamente.
30. Em minha família há uma coerência entre as palavras e os comportamentos.	Na minha família há uma coerência entre as palavras e os comportamentos.	Na minha família há uma coerência entre as palavras e os comportamentos.
31. Minha família sabe o que fazer quando surge uma emergência.	A minha família sabe o que fazer quando surge uma emergência.	A minha família sabe o que fazer quando surge uma emergência.

32. Em minha família há competitividade entre os membros.	Na minha família há competitividade entre os membros.	Na minha família há competitividade entre os membros.
33. Eu sinto vergonha da minha família.	Eu sinto vergonha da minha família.	Eu sinto vergonha da minha família.
34. Em minha família é permitido que eu faça as coisas que gosto de fazer.	Na minha família é permitido que eu faça as coisas que gosto de fazer.	Na minha família é permitido que eu faça as coisas que gosto de fazer.
35. Em minha família demonstramos carinho através das palavras.	Na minha família demonstramos carinho através das palavras.	Na minha família demonstramos carinho através das palavras.
36. Minha família me irrita.	A minha família irrita-me.	A minha família me irrita.
37. Os membros da minha família expressam interesse e carinho uns com os outros.	Os membros da minha família expressam interesse e carinho uns com os outros.	Os membros da minha família expressam interesse e carinho uns com os outros.
38. Minha família me dá tanta liberdade quanto quero.	A minha família dá-me tanta liberdade quanto eu quero.	A minha família me dá tanta liberdade quanto quero.
39. Eu me sinto excluído da família.	Eu sinto-me excluído da família.	Eu me sinto excluído da família.
40. Meus familiares me permitem decidir coisas sobre mim.	Os meus familiares permitem-me decidir coisas sobre mim.	Os meus familiares me permitem decidir coisas sobre mim.
41. Meus familiares servem como bons modelos em minha vida.	Os meus familiares são bons modelos na minha vida.	Os meus familiares servem como bons modelos na minha

		vida.
42. As pessoas da minha família se sentem próximas umas das outras.	As pessoas na minha família sentem-se próximas umas das outras.	As pessoas na minha família se sentem próximas umas das outras.

Fonte: Inventário de Percepção de Suporte Familiar (Baptista, 2005, 2007).

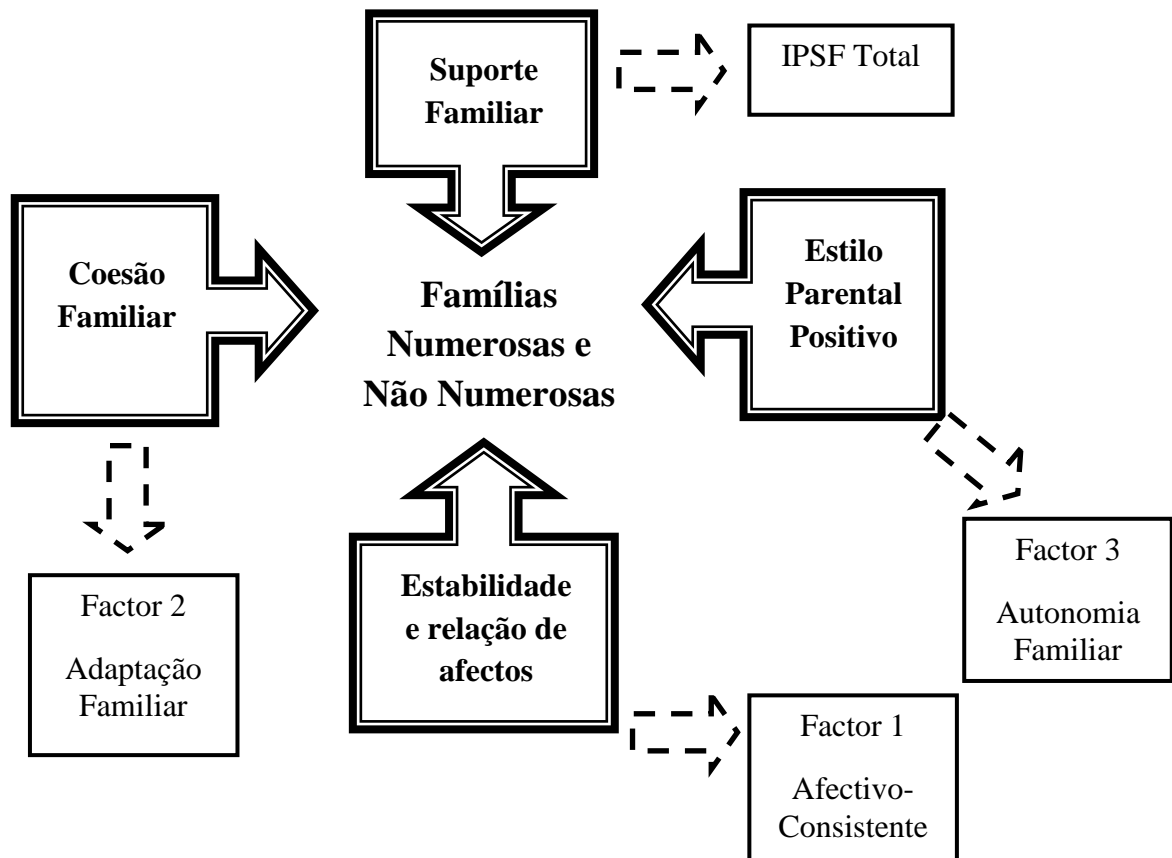
Quanto ao instrumento utilizado na metodologia qualitativa, trata-se de um guião para cada jovem (ver Anexos C e D) com o fim de as orientar na escrita de um diário, durante uma semana. O primeiro passo foi pedir autorização aos respectivos pais. O segundo foi entregar as instruções às jovens de modo a saberem o que se pretendia. O objectivo era que descrevessem o seu dia-a-dia e a forma como se sentiram em diversas situações pelas quais passaram durante esse tempo, para ser possível a comparação entre a percepção da jovem de FN e a da jovem de FNN sobre as suas vivências e pessoas que as rodeiam. Estes dados serviram como complemento aos resultados quantitativos.

2.3. Mapa conceptual das variáveis em estudo

A presente investigação aborda os vários factores do Inventário de Percepção do Suporte Familiar, com o objectivo de tornar possível a compreensão do funcionamento dos dois tipos de família: numerosa e não numerosa.

O mapa conceptual pretende clarificar o quadro teórico subjacente, no que diz respeito à relação entre as variáveis em estudo, i.e., o Suporte Familiar, o Estilo Parental Positivo, a Estabilidade e Relação de Afectos e a Coesão Familiar, e o tamanho da família (numerosa ou não numerosa). Deste modo, pode interpretar-se da seguinte forma: as famílias numerosas e não numerosas serão avaliadas de acordo com as variáveis acima referidas. Por sua vez, o suporte familiar foi avaliado pelo IPSF Total, ou seja, pelo conjunto dos três factores; o estilo parental positivo foi avaliado de acordo com o Factor 3 (Autonomia Familiar); a estabilidade e relação de afectos foi avaliada pelo Factor 1 (Afectivo-Consistente); e, por fim, a coesão familiar foi avaliada pelo Factor 2 (Adaptação Familiar).

Figura 1. Mapa Conceptual das variáveis em estudo



2.4. Pré-teste

Foi realizado um pré-teste a quatro pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 22 anos, do sexo feminino, de modo a percebermos as diferenças ao nível linguístico e se os itens estavam claros o suficiente para evitar enviesamentos. Perante a ausência de problemas que colocassem em causa a recolha da amostra, i.e., de situações pouco claras ou ambíguas, de uma estimativa errada do tempo médio de respostas, deu-se início à aplicação do questionário. É de notar apenas que foi referida a pouca variabilidade de resposta, sendo que os participantes sentiram necessidade de, por vezes, responder “Quase Sempre” separadamente de “Sempre” ou “Quase Nunca” separadamente de “Nunca”.

2.5. Procedimento

Os jovens de Famílias Numerosas foram recrutados através da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) sendo filhos de mães sócias da mesma, e os jovens de Famílias Não Numerosas foram recrutados através das mães sócias que

encaminharam o *link* para amigas, do grupo de escuteiros de S. Jorge de Arroios, do Instituto de Apoio à Criança, do Grupo de Investigadores de Lisboa, do Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), de amigos, de alunos da Escola EB2/3 Gaspar Correia do Agrupamento de escolas de Portela e Moscavide, de professores e alunos do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

A recolha dos dados foi realizada entre Março e Maio de 2012, no *software* Qualtrics, em formato *on-line*, onde existia um questionário para mães de FN e FNN que, no fim desse questionário, davam autorização para o filho responder, seguindo as normas éticas da Ordem dos Psicólogos Portugueses (2011) e da Associação Americana de Psicologia (2002).

Para analisar os resultados recorreu-se ao *software* PASW Statistics Data Editor (v. 18). Foram realizadas análises com base em testes paramétricos, nomeadamente o teste *t de student* e o teste de correlação de *Pearson*, para a comparação de médias entre o tamanho da família e os factores e para relacionar a idade de igual forma com os factores do instrumento, respectivamente. Foram, ainda, realizadas análises ao nível da magnitude dos efeitos através do *d* de Cohen, de modo a compreendermos se as médias entre o tamanho da família e os factores, e o tamanho da família e cada item separadamente, são suficientemente diferentes ao ponto de podermos considerar que um dos tipos de família apresenta resultados significativamente superiores em detrimento do outro tipo de família.

Quanto à amostra da metodologia qualitativa, as jovens foram recrutadas na escola EB2/3 Gaspar Correia do Agrupamento de escolas de Portela e Moscavide. Os resultados dos diários foram extraídos através do método de Análise de Conteúdo. A fim de evitar enviesamentos, a análise dos resultados foi revista por 3 juízes independentes.

III

Resultados

Perante o facto de estarmos a comparar dois grupos - o tamanho da família (variável dicotómica) e os factores de protecção familiares (variável ordinal) - recorreremos ao teste paramétrico *t de Student* para amostras independentes, tornando-se

possível analisar se existe uma diferença significativa entre as médias das amostras. O pressuposto da normalidade de distribuição de valores pode ser assegurado devido ao tamanho das amostras ser superior a 30 participantes (Família Numerosa – N=84; Família Não Numerosa – N=35). Já o pressuposto da homogeneidade de variâncias é analisado através do teste de *Levene*. O último pressuposto é o de que as amostras têm de ser independentes. Deste modo, dado que correspondem a categorias diferentes, são consideradas como tal.

3.1.1. Tipo de Família (FN e FNN) e Factores de Protecção Familiares

As análises descritivas dos factores do IPSF de acordo com o tipo de família encontram-se no Anexo E. Nesse quadro podemos verificar como é que os valores dos factores do IPSF variam consoante a família é, ou não, numerosa. É de salientar que a família não numerosa apresenta, em todos os factores, inclusive no IPSF Total, valores médios mais elevados do que a família numerosa.

Para compreender a influência do tipo de família nos diversos factores, procedeu-se à realização do teste *t* de *Student* (ver Anexo F). Posto isto, não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os factores e o tipo de família: Factor 1 – Afectivo-Consistente ($t(110)=0.639$, $p=.524$); Factor 2 – Adaptação Familiar ($t(113)=1.717$, $p=.089$); Factor 3 – Autonomia ($t(114)=1.270$, $p=.207$); IPSF Total ($t(104)=1.076$, $p=.284$). Na tabela abaixo é possível verificar não só os resultados deste teste, mas também os resultados do *d* de Cohen, de modo a entender-se o quanto as médias se afastam entre si, demonstrando que não existem diferenças significativas entre elas. Tendo em conta que, se $d \geq 0.20$ corresponde a um efeito pequeno, $d \geq 0.50$ corresponde a um efeito moderado e $d \geq 0.80$ corresponde a um efeito importante (e.g., Cohen, 1988), na presente investigação a magnitude dos efeitos não pode ser considerada relevante. No entanto, existem pequenos efeitos no Factor 2 ($d=0.36437$), Factor 3 ($d=0.267415$) e no IPSF Total ($d=0.242208$). Isto significa que não podemos afirmar que os jovens de famílias numerosas percebem um maior suporte familiar, de forma geral, quando comparados a jovens de famílias não numerosas, ou vice-versa. Contudo, podemos perceber que os jovens de famílias não numerosas tendem, em média, não só a perceberem mais relações afectivas positivas no seio familiar, mas também menos sentimentos negativos em relação à família, i.e., maior adaptação e autonomia.

Quadro 3. Efeitos dos factores segundo o tipo de família

		N	M	DP	t	df	Sig	d
Factor 1 Afectivo-Consistente	Famílias Numerosas	79	32.3924	7.31773				
	Famílias Não Numerosas	33	33.3030	5.65953	.639	110	.524	0.13908
Factor 2 Adaptação Familiar	Famílias Numerosas	80	20.8	4.03278				
	Famílias Não Numerosas	35	22.1143	3.10381	1.717	113	.089	0.36437
Factor 3 Autonomia	Famílias Numerosas	82	10.9390	2.95793				
	Famílias Não Numerosas	34	11.6765	2.55510	1.270	114	.207	0.267415
IPSF Total	Famílias Numerosas	74	64.1351					
	Famílias Não Numerosas	32	66.6875	2.55510	1.076	104	.284	0.242208

Fonte: Base de dados do estudo.

3.1.2. Idade e Factores de Protecção Familiares

Relativamente à idade, esta foi correlacionada através do Coeficiente de *Pearson* com os factores do IPSF (ver Anexo G), a fim de analisarmos se existia algum tipo de relação. Mais uma vez, tal não se verificou: Factor 1 – Afectivo-Consistente ($\rho=-.147$, $p=.121$), Factor 2 – Adaptação Familiar ($\rho=-.102$, $p=.276$), Factor 3 – Autonomia ($\rho=-.083$, $p=.375$), IPSF Total ($\rho=-.169$, $p=.083$). No entanto, podemos referir que existe uma tendência nos valores do IPSF Total, i.e., quanto maior o suporte percebido pelos jovens, menor a idade dos mesmos.

3.1.3. Sexo e Factores de Protecção Familiares

No que diz respeito à relação entre o sexo e os factores do IPSF (ver Anexos H e I), podemos concluir que não existe relação entre estas variáveis: Factor 1 – Afectivo-Consistente ($t(110)=0.921$, $p=.359$); Factor 2 – Adaptação Familiar ($t(113)=-1.591$, $p=.114$); Factor 3 – Autonomia ($t(114)=-.200$, $p=.842$); IPSF Total ($t(104)=-.114$, $p=.910$).

No entanto, verificam-se diferenças ao nível das médias entre sexos no mesmo factor. Sendo que, no Factor 1 os rapazes, em média, referem mais relações afectivas positivas no seio familiar ($M=33.3137$; $DP=6,54672$) do que as raparigas ($M=32,1148$; $DP=7,11594$); no Factor 2 e 3 são as raparigas que relatam sentimentos mais negativos na família ($M=21,6923$; $DP=3,44113$) e maior autonomia ($M=11,2031$; $DP=2,68553$), respectivamente, do que os rapazes no Factor 2 ($M=20,5600$; $DP=6,54672$) e Factor 3 ($M=11,0962$; $DP=3,07590$).

3.1.4. Quarto individual ou partilhado e Factores de Protecção Familiares

Uma das questões demográficas colocadas no final do questionário era se os jovens tinham um quarto só para eles. Neste âmbito, analisámos se esta questão se relacionava com os factores (ver Anexo J e K). Concluimos que também aqui não existem diferenças significativas a considerar: Factor 1 – Afectivo-Consistente ($t(108)=.021$, $p=.983$); Factor 2 – Adaptação Familiar ($t(111)=1.545$, $p=.125$); Factor 3 – Autonomia ($t(112)=.167$, $p=.868$); IPSF Total ($t(102)=.715$, $p=.476$).

No que diz respeito às análises descritivas verificam-se pequenas diferenças ao nível das médias entre ‘Sim’ e ‘Não’ tenho um quarto só para mim. Sendo que, no Factor 1 são os jovens que responderam que tinham um quarto só para si que, em média, referem mais relações afectivas positivas no seio familiar ($M=32,6567$; $DP=6,07666$) do que os jovens que disseram não ter um quarto só para si ($M=32,6279$; $DP=8,05051$); assim como no Factor 2 e 3 são os jovens que dizem ter um quarto só para si que estão mais adaptados ($M=21,6176$; $DP=3,15296$) e são mais autónomos ($M=11,2286$; $DP=2,81390$), respectivamente, do que os que dizem não ter um quarto individual no Factor 2 ($M=20,4889$; $DP=4,62022$) e Factor 3 ($M=11,1364$; $DP=2,96954$).

3.1.5. Escolaridade dos cuidadores e Factores de Protecção Familiares

À semelhança da correlação entre idade e o IPSF, também foi realizado o Coeficiente de *Pearson* para verificarmos se existia algum tipo de relação entre a escolaridade dos cuidadores dos jovens respondentes e os factores do IPSF (ver Anexo L). Não se verificou qualquer tipo de relação: Factor 1 - Afectivo-Consistente ($\rho=.050$, $p=.600$), Factor 2 – Adaptação Familiar ($\rho=.095$, $p=.312$), Factor 3 – Autonomia ($\rho=.044$, $p=.639$), IPSF Total ($\rho=.073$, $p=.459$).

3.1.6. Profissão dos cuidadores e Factores de Protecção Familiares

Analisámos, de igual modo, a relação entre a profissão dos cuidadores dos jovens e os factores do IPSF. Não foi encontrada relação significativa entre estas duas variáveis (ver Anexo M): Factor 1 - Afectivo-Consistente ($\rho=.089$, $p=.353$), Factor 2 – Adaptação Familiar ($\rho=.001$, $p=.995$), Factor 3 – Autonomia ($\rho=.079$, $p=.400$), IPSF Total ($\rho=.081$, $p=.413$).

3.1.7. Itens do IPSF e Tipo de Família (FN e FNN)

Além de todas as análises estatísticas já descritas, verificámos as médias de resposta dos jovens nos 42 itens que constituem o IPSF de acordo com o tipo de família (ver Anexo N). No que concerne ao Factor 1 – Afectivo-Consistente - no item “*Existem regras em diversas situações na minha família*”, os jovens de famílias numerosas apresentam uma média mais elevada ($M = 1,52$) comparando com os jovens de famílias não numerosas ($M = 1,34$); no item “*Os membros da minha família expressam claramente pensamentos e emoções uns com os outros*” os jovens de famílias numerosas apresentam uma média mais elevada ($M = 1,45$) do que jovens de famílias não numerosas ($M = 1,40$); no item “*A minha família discute os seus medos e preocupações*” os jovens de famílias numerosas apresentam uma média mais elevada ($M = 1,42$) do que jovens de famílias não numerosas ($M = 1,35$); no item “*As pessoas da minha família gostam de passar tempo juntas*” os jovens de famílias numerosas apresentam uma média mais elevada ($M = 1,65$) do que jovens de famílias não numerosas ($M = 1,63$); no item “*Na solução de problemas, a opinião de todos na família é levada em consideração*” os jovens de famílias numerosas apresentam uma média mais baixa ($M = 1,43$) do que jovens de famílias não numerosas ($M = 1,54$); no item “*Na minha família demonstramos carinho através das palavras*” são também os

jovens de famílias numerosas que obtiveram a média mais elevada ($M = 1,56$) comparando com os jovens de famílias não numerosas ($M = 1,54$).

Relativamente ao Factor 2 – Adaptação Familiar – no item “*Eu sinto raiva da minha família*” os jovens de famílias numerosas apresentam uma média mais baixa ($M = 1,64$) do que os jovens de famílias não numerosas ($M = 1,69$); no item “*Na minha família discutimos e gritamos uns com os outros*” são menos os jovens de famílias numerosas que relatam este tipo de situação ($M = 1,24$), do que os jovens de famílias não numerosas ($M = 1,60$); no item “*Eu sinto-me como um(a) estranho(a) na minha família*” os jovens de famílias numerosas apresentam uma média inferior ($M = 1,82$) aos jovens de famílias não numerosas ($M = 1,91$); no item “*Há ódio na minha família*” também são os jovens de famílias numerosas que menos o sentem ($M = 1,85$) comparando com os jovens de famílias não numerosas ($M = 1,86$); no item “*Eu sinto que a minha família não me compreende*” são os jovens de famílias numerosas que menos sentem esta ausência de compreensão ($M = 1,18$), ao contrário dos jovens de famílias não numerosas ($M = 1,29$); no item “*Viver com a minha família é desagradável*” são novamente os jovens de famílias numerosas que menos o sentem ($M = 1,78$) comparando com os jovens de famílias não numerosas ($M = 1,83$); no item “*Eu sinto vergonha da minha família*” são menos os jovens de famílias numerosas que o sentem em relação à sua família ($M = 1,80$) ao contrário dos jovens de famílias não numerosas ($M = 1,91$); por último, no item “*A minha família irrita-me*” são menos os jovens de famílias numerosas que o relatam ($M = 1,42$), comparando aos jovens de famílias não numerosas ($M = 1,69$).

No que respeita ao Factor 3, podemos apontar os itens “*A minha família faz-me sentir que posso cuidar de mim mesmo quando estou sozinho(a)*” em que os jovens de família numerosa apresentam uma média mais alta ($M = 1,62$) quando comparados com os jovens de família não numerosa ($M = 1,57$). Este item representa a diferença de sentimento de autonomia sentido pelos jovens dos dois tipos de família; e no item “*Na minha família há privacidade*” em que os jovens de família numerosa acham que têm menos privacidade ($M = 1,50$) quando comparados aos jovens de famílias não numerosas ($M = 1,56$). Tal resultado pode estar relacionado com o número de elementos familiares, quanto mais elevado esse número, menos espaço em casa para si próprio existe.

No que concerne aos resultados da metodologia qualitativa (ver diários no Anexo O e P), foi realizada uma análise de conteúdo (ver detalhadamente no Anexo Q)

aos dados qualitativos, tendo sido agrupados em categorias e subcategorias. A criação das categorias baseou-se nos Factores do Inventário de Percepção de Suporte Familiar e as subcategorias de acordo com os factores de protecção familiares analisados, segundo a frequência com que as jovens referiam situações que se enquadrassem nas subcategorias.

Deste modo, as categorias extraídas da análise foram: 1) Afecto e Consistência Familiar; 2) Adaptação Familiar; e 3) Autonomia Familiar. As subcategorias denominam-se de 1) Estabilidade e relação de afectos; 2) Coesão familiar; 3) Suporte familiar; e 4) Estilo parental positivo. O quadro abaixo representa alguns resultados desta análise.

Quadro 4. Resultados da Análise de Conteúdo

Afecto e Consistência	Adaptação Familiar		Autonomia Familiar
<i>Estabilidade e relação de afectos</i>	<i>Coesão Familiar</i>	<i>Suporte Familiar</i>	<i>Estilo parental positivo</i>
“(…) Saí das aulas de manhã para ir almoçar em casa com a minha mãe (…)” Jovem de Família Não Numerosa	“O meu pequeno-almoço é com muita gente é sempre uma alegria. A minha mãe diz que como somos muitos temos de nos ajudar uns aos outros.” Jovem de Família Numerosa	“Numa casa com muita gente existem discussões, zangas, mas também há companheirismo e amizade” Jovem de Família Numerosa	“Hoje é feriado, acordei e fui com a minha tia e com a minha mãe passear, quando cheguei arrumei o quarto e fiz os t.p.c” Jovem de Família Não Numerosa

Fonte: Base de dados do estudo.

Os dados qualitativos demonstram, por exemplo, que existem regras que urgem ser seguidas para um bom funcionamento familiar. Tal situação podemos observar pelo que a jovem de família numerosa num dos dias escreveu no diário “Passei um dia normal, fui à escola e às 16h30 fui buscar a minha irmã mais nova e o meu sobrinho, vim para casa começar a fazer o jantar (…”. Ao contrário da jovem de família não numerosa que diz “(…) Saí das aulas de manhã para ir almoçar em casa com a minha mãe (…). Não tive uma aula da tarde e fiquei com as minhas amigas na escola (…). Fui

para casa jogar computador, a minha mãe chegou e foi fazer o jantar (...) Jantei e deitei-me na cama a ver televisão” onde podemos verificar uma ausência de regras ou de preocupação com as mesmas. No entanto, pelo excerto acima transcrito (Quadro 4), a jovem de família não numerosa passeia com a mãe e com a tia mas quando chega a casa sabe que tem a obrigação de fazer os trabalhos de casa e de arrumar o quarto.

No que diz respeito à Adaptação Familiar, de uma forma geral, podemos complementar com um excerto do diário da jovem de família numerosa “(...) Hoje, tive de acordar mais cedo para poder ser a primeira a tomar banho para não me atrasar (...) O meu pequeno-almoço é com muita gente é sempre uma alegria. A minha mãe diz que como somos muitos temos de nos ajudar uns aos outros”. Ou seja, não se sentem excluídos da família nem sentem que é desagradável viver com a mesma.

Quanto à Autonomia verificamos diferenças nos relatos das duas jovens, isto porque a jovem de família não numerosa diz que espera pelo pai para dormir “(...) Estive o dia inteiro na escola e fui para casa jantar e fui para o computador falar com uma amiga. Esperei pelo meu pai até à 1 da manhã porque ele esteve a trabalhar até tarde” e pela mãe para fazer o jantar. Pelo contrário, a jovem de família numerosa vai buscar a irmã e o sobrinho à escola para chegar a casa e fazer o jantar para a família.

De uma forma geral, é possível analisar diferenças ao nível do suporte, i.e., em quem se apoiam no dia-a-dia. A jovem de família não numerosa passa mais tempo com amigas na escola, o que se justifica com base em dois excertos “Não tive uma aula da tarde e fiquei com as minhas amigas na escola” e “Estive o dia inteiro na escola e fui para casa jantar e fui para o computador falar com uma amiga”, enquanto que a jovem de família numerosa passa mais tempo em casa com os irmãos “Olá, não posso escrever muito porque tenho trabalhos de casa para fazer e depois tenho de fazer o jantar com o meu irmão”.

IV

Discussão

Através dos resultados verificamos que não existe uma relação considerada significativa entre o tipo de família e os factores de protecção familiares estudados com base no Inventário de Percepção de Suporte Familiar (Baptista, 2005, 2007). Deste modo, não se torna possível concluir qual deste tipo de família, de acordo com a percepção do jovem do seu suporte familiar, possui mais factores de protecção. Neste sentido, a hipótese inicial de que a família numerosa é um porto seguro para os jovens, em detrimento da família não numerosa, não foi demonstrada que assim o seja. No entanto, é de salientar que a família não numerosa apresenta, em todos os factores, inclusive no IPSF Total, valores médios mais elevados do que a família numerosa, contrariamente ao que era esperado.

Dos 119 jovens que participaram no presente estudo, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois tipos de família, com base no sexo e na idade. O que significa que estas variáveis demográficas não influenciaram os resultados obtidos. Verificou-se, contudo, que os jovens quando têm um quarto só para si são mais adaptados.

Porém, verificaram-se resultados importantes e interessantes, na medida em que existem diferenças, apesar de não serem significativas, entre as médias do tipo de família nos vários itens do questionário. Conseguimos entender que os jovens de famílias numerosas percebem mais regras e um estilo parental mais autoritário. No que diz respeito aos estilos parentais, a literatura demonstra que as famílias não numerosas são caracterizadas por relações democráticas e de cooperação, em que o(s) filho(s) têm um papel activo nas questões discutidas na família, i.e., podem exprimir a sua opinião, partilhando perspectivas com os restantes membros. Deste modo, cria-se um grau de colaboração entre pais e filho(s) (e.g., Bossard & Sanger, 1952, citado por Brás, 2009). Pelo contrário, as famílias numerosas têm um perfil mais autoritário para facilitar a gestão de uma casa com muitos elementos (e.g., Bartow 1961, citado por Wagner et al., 2001).

Um dado curioso foi verificarmos que os jovens que têm um quarto só para eles, independentemente do tipo de família, demonstram-se mais adaptados, o que pode estar relacionado com o sentimento de privacidade em que, ao perceberem que possuem

o seu próprio espaço, à parte dos restantes membros da família, conseguem adaptar-se melhor. No entanto, não existe literatura sobre esta relação.

Os resultados quantitativos e os qualitativos estão presentes nesta dissertação como complemento, i.e., o que conseguimos extrair dos diários dá-nos informação que enriquece os dados quantitativos. Senão vejamos, no que concerne ao Factor 1 os jovens de famílias numerosas apresentaram uma média mais elevada comparando com os jovens de famílias não numerosas, no que diz respeito ao item “*Existem regras em diversas situações na minha família*”. Tal facto pode ser complementado com um excerto dos diários das jovens em que a de família numerosa diz que passou um dia normal, foi à escola e de seguida foi buscar a irmã e o sobrinho, e depois foi para casa fazer o jantar. Ao contrário da jovem de família não numerosa que diz que saiu das aulas de manhã para ir almoçar em casa com a mãe e ficou com as amigas na escola porque não teve uma aula. De seguida, foi para casa jogar computador, a mãe chegou e foi fazer o jantar”. Ao nível de regras no contexto familiar o dia-a-dia de cada uma é diferente.

Outro ponto a considerar é a forma como ambas se sentem no seio da sua família, em que a jovem de família numerosa diz “(...) Hoje, tive de acordar mais cedo para poder ser a primeira a tomar banho para não me atrasar (...) O meu pequeno-almoço é com muita gente é sempre uma alegria”. O que demonstra que está bastante adaptada ao facto de serem muitos elementos em casa.

Podemos, de igual forma verificar, que a Autonomia sentida é diferente em ambas as jovens. Se por um lado a jovem de família não numerosa diz que espera pelo pai para dormir “(...) Estive o dia inteiro na escola e fui para casa jantar e fui para o computador falar com uma amiga. Esperei pelo meu pai até à 1 da manhã porque ele esteve a trabalhar até tarde” e pela mãe para fazer o jantar; por outro, a jovem de família numerosa vai buscar a irmã e o sobrinho à escola para chegar a casa e fazer o jantar para a família.

Por fim, no item “*A minha família irrita-me*” são menos os jovens de famílias numerosas que o relatam ($M = 1,42$), comparando aos jovens de famílias não numerosas ($M = 1,69$). Este último item tem um ponto interessante na medida em que um dos jovens que respondeu ao questionário, deixou um comentário que dizia “(...) Na questão de a minha família me irritar, eu pus às vezes, porque de facto às vezes irrito-me com os meus irmãos, mas gosto muito deles”.

À parte dos resultados, é importante fazer uma reflexão acerca da metodologia utilizada. Neste seguimento, uma questão que se coloca nesta pesquisa é o facto de os instrumentos internacionais para medir o suporte familiar necessitarem de estudos de adaptação para a língua portuguesa, observando-se uma ausência de inventários de percepção que o consigam medir (Baptista, 2005, 2007). O mesmo autor salienta a importância de pesquisas acerca das validades convergente, discriminante, grupos contranstantes e de conteúdo para o Inventário aqui utilizado - IPSF. Assim, faz-se essencial colocar em causa se este inventário mede, de modo preciso, o que nos propomos medir ao longo da presente investigação. Isto porque, não se sabe até que ponto ao medir o suporte familiar estamos a analisar, de igual modo, os factores de protecção familiares inicialmente propostos. Tal facto pode também estar relacionado com a adaptação transcultural, pois o instrumento não foi validado para Portugal. Ainda, e de acordo com o teste piloto que foi realizado, percebemos que o formato de resposta do IPSF (escala de *Likert* de 3 pontos – Quase Nunca ou Nunca; Às vezes; Quase Sempre ou Sempre) não permite variabilidade. Nesse estudo, os participantes sentiram necessidade de, por vezes, responder “Quase Sempre” separadamente de “Sempre” ou “Quase Nunca” separadamente de “Nunca”. Inicialmente tinha-se pensado em outras opções de questionários, nomeadamente as Escalas de Práticas Parentais – EPP - (Teixeira, Oliveira, Wottrich, 2006) que mede o apoio emocional, o controle punitivo, o incentivo à autonomia, a intrusividade, a supervisão do comportamento, e a cobrança de responsabilidade. No entanto, não incide sobre o suporte familiar; o Questionário de Estilos Parentais – PAQ - (Boeckel & Sarriera, 2005) que trabalha o estilo parental autoritativo, permissivo e autoritário. À semelhança do questionário referido anteriormente, também este se baseia apenas no estilo parental e, portanto, só poderia ser um complemento ao IPSF, o que o tornaria bastante extenso. Pensou-se, ainda, no inventário de Clima Familiar (Teodoro, Allgayer & Land, 2009) que mede quatro dimensões: 1) coesão; 2) apoio; 3) hierarquia; e 4) conflito. Porém, entrando em contacto com o autor, este aconselhou-nos o IPSF em detrimento do seu próprio questionário. É de notar que não refere estilos parentais ou existência de regras nem o suporte familiar, de forma geral.

Outra questão que se coloca é o facto de não sabermos em quem é que o jovem está a pensar ao responder ao questionário, i.e., o esperado era que eles pensassem nos pais e nos irmãos, mas eles podem ter pensado nos avós ou nos tios, dependendo da sua

família nuclear. Portanto, uma questão que deveria ter sido colocada seria em quem pensou o jovem enquanto respondia ao questionário.

Por outro lado, pode ocorrer o efeito de desejabilidade social, ou seja, os jovens ao responderem ao questionário podem não estar a relatar o que percebem em casa mas o que gostariam de ter.

Como limitações apontamos o facto da amostra ser reduzida e desequilibrada, no que diz respeito à proporção de jovens de famílias numerosas, em detrimento dos jovens de famílias não numerosas. Foi bastante difícil conseguir uma amostra maior, no entanto trabalhar com jovens é sempre mais complicado. Daqui resulta a desvantagem de ter sido *on-line*, ficando a sugestão de se fazer em papel e lápis quando se trata deste tipo de população, porque não conseguimos fazer com que os jovens respondam devido à ausência de um investigador aquando deste processo, e segundo porque os critérios de inclusão eram bastante restritos no que diz respeito à idade, ao distrito de residência e ao número de irmãos. Por fim, a utilização de diários na metodologia qualitativa pode ter restringido informação importante. No entanto, pensamos que foi por ter sido com jovens com quem já existe uma relação de proximidade, fazendo com que elas ficassem mais inibidas. Mas será uma técnica a desenvolver num futuro, pois fornece bastante informação quando realizada a uma amostra maior, visto ser um formato livre.

V

Conclusões

Esta investigação possibilitou estudar o contexto da família em Portugal, em especial a família numerosa, cada vez mais escassa no nosso país. Perante os 119 jovens que responderam ao questionário, foi possível verificar dados interessantes e que podem, de alguma forma, permitir o impulso para estudos futuros neste âmbito. É necessário incidir sobre estes dois tipos de famílias, de modo a ser possível demonstrar o que existe de bom para os jovens em ser parte de uma família numerosa.

Face aos objectivos propostos inicialmente, explorámos a relação entre o tamanho da família e os Factores de Protecção Familiares dos Jovens, e analisámos as diferenças no âmbito dos Factores de Protecção Familiares entre Famílias Numerosas e Não Numerosas. Trata-se, portanto, de um estudo de carácter exploratório, em que não se pretendia validar hipóteses, mas investigar dimensões neste âmbito.

Concluímos que não existem diferenças significativas entre os factores e o tamanho da família, e a relação entre os mesmos sugere apenas tendências e situações pontuais, que pudemos verificar aquando da análise item a item. Duas das conclusões mais interessantes foram o facto dos jovens que possuem um quarto só para si estarem mais adaptados que os jovens que dividem o quarto com os irmãos, e quanto maior a percepção de suporte familiar, menor a idade. Ou seja, são os jovens mais novos que percebem um maior suporte familiar.

Através dos diários entendemos que a jovem de família não numerosa possui menos regras, um estilo parental mais autoritativo, na medida em que vai para casa e espera pela mãe para lhe fazer o jantar, enquanto a jovem está no computador a falar com uma amiga. Por outro lado, tem a obrigação de arrumar o quarto e fazer os trabalhos de casa. Comparando com a jovem de família numerosa, esta possui mais responsabilidades pois tem de ir buscar a irmã e o sobrinho à escola e quando chega a casa ainda faz o jantar para a família. Percebemos, de igual modo, que a jovem de família não numerosa passa mais tempo com as amigas tanto na escola como em casa a falar no computador, enquanto que a jovem de família numerosa passa mais tempo em casa preocupada com as obrigações para com a família.

Deste modo, como futuras investigações sugere-se, por um lado, mais estudos no âmbito das famílias numerosas, na medida em que em Portugal não se conhecem muitos trabalhos nesta área, excepto, por exemplo uma dissertação de Mestrado no âmbito dos

desafios parentais e familiares com famílias numerosas e não numerosas (Brás, 2009). Por outro lado, existe um maior número de investigações que abordam os factores de risco no desenvolvimento infantil e no período da adolescência, do que investigações sobre factores de protecção. É, portanto, necessário, mais literatura nesta área, visando promover a resiliência (e.g., Maia & Williams, 2005). Deve-se, também, procurar obter dados de jovens de outras zonas de Portugal, não se ficando apenas pela área metropolitana de Lisboa, possibilitando a generalização dos resultados e permitindo maior variabilidade de informação. Ainda, sugere-se a utilização de outro tipo de instrumentos mais adequados ao que se pretendeu medir nesta investigação. Conclui-se, assim, a necessidade de investir em instrumentos que permitam retirar informação importante do suporte familiar.

De um modo geral, a razão dos nossos resultados pode estar relacionada com o facto do adolescente não se identificar com os seus pais, com os seus valores, nem com a frequente intromissão na sua vida. Esta oposição ocorre da necessidade do jovem em separar a sua identidade da identidade dos pais (e.g., Campos, 2001).

Para terminar: *“Os jovens legalmente maiores têm tendência para a rebeldia e a libertinagem. Se os censuras num tom grave e sentencioso, mais não farás do que agravar as suas inclinações. De modo que, em geral, mais vale armar-se de paciência e esperar que se emendem sozinhos ou que se fartem dos seus erros. Mas, se souberes servir-te da tua autoridade tão habilmente que os devolvas ao bom caminho, evita passar bruscamente do rigor à indulgência. Com os temperamentos plácidos, mostra-te directo e, se for preciso, bate com o punho na mesa, pois isso impressiona-os. Pelo contrário, com índoles ardentes, mostra-te meigo e delicado”* (Jules Mazarin, in 'Breviário dos Políticos').

VI

Referências

- Adam, E., Chyu, L., Hoyt, L., Doane, L., Boisjoly, J., Duncan, G., Chase-Lansdale, L. & McDade, T. (2011). Adverse Adolescent Relationship Histories and Young Adult Health: Cumulative Effects of Loneliness, Low Parental Support, Relationship Instability, Intimate Partner Violence, and Loss. *Journal of Adolescent Health*, 49, 278-286.
- Alarcão, M. (2002). *(des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Alencar, F. & Frota, M. (2003). Análise de fatores socioeconômicos-culturais e ambientais relacionados com o déficit ponderal de crianças ao nascimento em 1999, em Manaus/AM, Brasil. *Acta Amazônica*, 33 (1), 33-39.
- Alvarenga, P. & Piccinini, C. (2001). Práticas Educativas Maternas e Problemas de Comportamento em Pré-Escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 449-460.
- American Psychological Association (2002). Ethical Principles of psychologists and code of conduct. *American Psychologist*, 57 (12), 1060-1073.
- Amparo, D., Galvão, A., Alves, P., Brasil, K. & Koller, S. (2008). Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. *Estudos de Psicologia*, 13, 165-174.
- Antoni, C. & Koller, S. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5(2), 347-381.
- Aquino, R. (2007). *Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF) e escala de vulnerabilidade ao estress no trabalho (EVENT): evidências de validade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Itatiba: Universidade de São Francisco.
- Associação para o Planeamento da Família (2007). Gravidez e maternidade adolescente: Direitos humanos e saúde sexual e reprodutiva, disponível em: <http://www.apf.pt/?area=100&mid=003&alv=LVT47c5933e39c42>. Consultado a 20 de Dezembro de 2011.
- Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, disponível em: <http://www.apfn.com.pt/associacao.php>. Consultado a 2 de Dezembro de 2011.
- Aufseeser, D., Jekielek, S. & Brown, B. (2006). *The Family Environment and Adolescent Well-Being: Exposure to Positive and Negative Family Influences*. Washington. D.C: Child Trends.
- Avanci, J., Assis, S., Oliveira, R., Ferreira, R. & Pesce, R. (2007). Fatores Associados aos Problemas de Saúde Mental em Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 287-294.
- Baer, J. (1999). The effects of family structure and SES on family processes in early adolescence. *Journal of Adolescence*, 22, 341-354.
- Banner, L., Mackie, E. & Hill, J. (1996). Family relationships in survivors of childhood cancer: resource or restraint? *Patient Education and Counseling*, 28, 191-199.
- Baptista, M. (2005). Desenvolvimento do Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF): estudos psicométricos preliminares. *Psico-USF*, 10, 11-19.
- Baptista, M. (2007). Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF): Estudo

- componencial em duas configurações. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27, 496-509.
- Baptista, M. (2008). *Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF): Manual técnico*. Itaboraia: Universidade de São Francisco.
- Baptista, M. N. & Oliveira, A. A. (2004). Sintomatologia de depressão e suporte familiar em adolescentes: um estudo de correlação. *Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.*, 14 (3), 58-67.
- Barnoski, R. (1998). Juvenile rehabilitation administration assessments: Validity review and recommendations, disponível em www.wsipp.wa.gov. Consultado a 10 de Março de 2012.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Bender, D. & Losel, F. (1997). Protective and risk effects of peer relations and social support on antisocial behaviour in adolescents from multi-problem milieus. *Journal of Adolescence*, 20, 661-678.
- Benetti, S. & Balbinotti, M. (2003). Elaboração e estudo de propriedades psicométricas do Inventário de Práticas Parentais. *Psico-USF*, 8, 103-113.
- Berryhill, N. (1982). The influence of age, sex, family size and community size on attitude toward tactile communication. Degree of Master of Arts. Graduate Faculty: Texas Tech University.
- Boeckel, M. & Sarriera, J. (2005). Análise fatorial do questionário de estilos parentais (PAQ) em uma amostra de adultos universitários. *Psico-USF*, 10, 1-9.
- Bolsoni-Silva, A. & Marturano, E. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 227-235.
- Bolsoni-Silva, A. & Marturano, E. (2007). A Qualidade da Interação Positiva e da Consistência Parental na sua Relação com Problemas de Comportamentos de Pré-Escolares. *Revista Interamericana de Psicología*, 41, 349-358.
- Brás, S. (2009). *Famílias Numerosas vs Não-Numerosas: Um olhar sobre os desafios parentais e familiares*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da educação.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22 (6), 723-742.
- Campos, D. (2001). *Psicologia da Adolescência: normalidade e psicopatologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Cecconello, A., De Antoni, C. & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Código deontológico dos psicólogos portugueses (2011), disponível em <https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/caodigodeontolaogico.pdf>. Consultado a 3 de Janeiro de 2012.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). NJ: Lawrence Earlbaum Associates.
- Cordeiro, J. (1987). *A saúde mental e a vida*. Lisboa: Salamandra.

- Costa, F., Teixeira, M. & Gomes, W. (2000). Responsividade e Exigência: Duas Escalas para Avaliar Estilos Parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 465-473.
- Cronbach, L. (1990). *Essentials of psychology testing*. New York: Harper Collins Publishers.
- Duffy, K. & Wong, F. (2003). *Community Psychology*. USA: Pearson Education.
- Eccles, J. & Gootman, J. (2002). *Community programs to promote youth development*. Washington: National Academy Press.
- Fergus & Zimmerman (2005). Adolescent Resilience: A Framework for Understanding Healthy Development in the Face of Risk. *Annual Review Public Health*, 26, 399-419.
- Ferreira, M. & Marturano, E. (2002). Ambiente Familiar e os Problemas do Comportamento apresentados por Crianças com Baixo Desempenho Escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 35-44.
- Ferreira, M. & Nelas, P. (2006). Adolescências...Adolescentes. *Millenium*, 32, 141-162.
- Flouri, E. & Buchanan, A. (2003). The role of father involvement in children's later mental health. *Journal of Adolescence*, 26, 63-78.
- Frankel, R. (1998). *The adolescent psyche: Jungian and Winnicottian perspectives*. NY: Routledge.
- Gonçalves, M. (2011). Questionário AMHC – Portugal. Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Gonçalves, M., Cordeiro, J., Boavida, R. & Farcas, D. (2012). Adaptação Transcultural do Inventário de Percepção do Suporte Familiar. Manuscrito não publicado. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Gouveia, L. (2010). *A relação entre a coesão familiar, o rendimento académico, o autoconceito e o comportamento anti-social na adolescência*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Vila real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Habigzang, L., Azevedo, G., Koller, S. & Machado, P. (2005). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 379-386.
- Hanewald, R. (2011). Reviewing the Literature on “At-Risk” and Resilient Children and Young People. *Australian Journal of Teacher Education*, 36, 16-29.
- Instituto Nacional de Estatística (2001). Inquérito à fecundidade e família 1997. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2011a). Classificação Portuguesa das Profissões. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2011b). Censos 2011 – Resultados Provisórios. Lisboa: INE.
- Ionline (2010), disponível em:
<http://www1.ionline.pt/conteudo/54639-consumo-tabaco-baixou-em-portugal>.
 Consultado a 26 de Dezembro de 2011.

- Kenny, M. & Gallagher, L. (2002). Instrumental and social/relational correlates of perceived maternal and paternal attachment in Adolescence. *Journal of Adolescence*, 25, 203-219.
- Kobarg, A., Vieira, V. & Vieira, M. (2010). Validação da escala de lembranças sobre práticas parentais (EMBU). *Avaliação Psicológica*, 9(1), 77-85.
- Leiber, M., Mack, K. & Featherstone, R. (2009). Family Structure, Family Processes, Economic Factors, and Delinquency: Similarities and Differences by Race and Ethnicity. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 7, 79-99.
- Lemos, I. (2007). *Família, psicopatologia e resiliência na adolescência: do risco psicossocial ao percurso delinvente*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Algarve: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Liefbroer, A. (2009). Changes in Family Size Intentions Across Young Adulthood: A Life-Course Perspective. *Eur J Population*, 25, 363–386.
- Loos, H. & Cassemiro, L. (2010). Percepções sobre a qualidade da interação familiar e crenças autorreferenciadas em crianças. *Estudos de Psicologia*, 27(3), 293-303.
- Macarini, S., Martins, G., Minetto, M. & Vieira, M. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62, 119-134.
- Magalhães, M. (2002). Projeções de População Residente, Portugal, 2000/2050 – Que tendências de base para a construção de hipóteses? *Revista de estudos demográficos*, nº2, 51-57.
- Maia, J. & Williams, L. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13, 91-103.
- Martins, M. (2005). Condutas agressivas na adolescência: Factores de risco e de protecção. *Análise Psicológica*, 2 (XXIII), 129-135.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1, 63-77.
- McKinnon, S., O'Rourke, K., Thompson, S. & Berumen, J. (2004). Alcohol Use and Abuse by Adolescents: The Impact of Living in a Border Community. *Journal of adolescent health*, 34, 88-93.
- Mendes, M. F., Rego, C., & Caleiro, A. (2006). Educação e Fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?, disponível em http://www.cidehus.uevora.pt/textos/artigos/educ_fecundidade.pdf. Consultado a 27 de Dezembro de 2011.
- Oliveira, I. (2009). O Adiamento da Fecundidade em Portugal (1980-2008). *Revista de estudos demográficos*, 46, 17-38.
- Oliveira, E., Marin, A., Pires, F., Frizzo, G., Ravello, T. & Rossato, C. (2002). Estilos Parentais Autoritário e Democrático-Recíproco Intergeracionais, Conflito Conjugal e Comportamentos de Externalização e Internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 1-11.
- Olson, D. & Gorall, D. (2003). Faces IV & the Circumplex Model, disponível em <http://www.haifamed.org.il/pictures/files/FACES%20IV%20%20the%20Circumplex%20Model%20-%20D%20OLSON%202006.pdf>. Consultado a 10 de Março de 2012.
- Olsson, C., Bond, L., Burns, J., Vella-Brodrick, D. & Sawyer, S. (2003). Adolescent

- resilience: a concept analysis. *Journal of Adolescence*, 26, 1–11.
- Olstad, R. Sexton, H & Sogaard, A. (2001). The Finnmark Study. A prospective population study of the social support buffer hypothesis, specific stressors and mental distress. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol*, 36, 582–589.
- Pacheco, J., Silveira, L. & Schneider, A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico*, 39, 66-73.
- Pesce, R., Assis, S., Santos, N. & Oliveira, R. (2004). Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20, 135-143.
- Pinderhughes, E., Dodge, K., Bates, J., Pettit, G. & Zelli, A. (2000). Discipline responses: Influences of parents' socioeconomic status, ethnicity, beliefs about parenting, stress, and cognitive–emotional processes. *J Fam Psychol.*, 14(3), 380-400.
- Pinheiro, D. (2004). A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, 9, 67-75.
- Poletto, M. & Koller, S. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25, 405-416.
- Pratta, E. & Santos, M. (2006). Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. *Estudos de Psicologia*, 11(3), 315-322.
- Pratta, E. & Santos, M. (2007). Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12, 247-256.
- Reis, V. (2009). *Crianças e jovens em risco*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Ribeiro, M. (2003). *Ser família: Construção, implementação e avaliação de um programa de educação parental*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Escolar. Braga: Instituto de Educação e Psicologia.
- Ribeiro, M. & Sani, A. (2009). Risco, protecção e resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400-407.
- Sapienza, G. & Pedromônico, M. (2005). Risco, protecção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em estudo*, 10, 209-216.
- Silva, F. (2002) Projecção das taxas de fecundidade específicas por idades no horizonte de longo prazo (2001-2050): Estudo de um modelo de previsão com séries temporais. *Revista de estudos demográficos*, 32, 59-79.
- Simões, M. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Souza, M., Baptista, M. & Alves, G. (2008). Suporte familiar e saúde mental: evidência de validade baseada na relação entre variáveis. *Aletheia*, 28, 45-59.
- Teixeira, M. & Lopes, F. (2005). Relações entre estilos parentais e valores humanos: um estudo exploratório com estudantes universitários. *Aletheia*, 22, 51-62.
- Teixeira, M., Oliveira, A. & Wottrich, S. (2006). Escalas de Práticas Parentais (EPP): Avaliando Dimensões de Práticas Parentais em Relação a Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 433-441.

- Teodoro, M., Allgayer, M. & Land, B. (2009). Desenvolvimento e validade fatorial do Inventário do Clima Familiar (ICF) para adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11 (3), 27-39.
- Vivian, A. (2006). *O desenvolvimento emocional de um bebê em uma família numerosa: uma aplicação do método Bick*. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Wagner, M., Schubert, H. & Schubert, D. (2001). Family size effects: A review. *The journal of genetic Psychology*, 146 (1), 65-78.
- Wagner, A., Falcke, D., Silveira, L. & Mosmann, C. (2002). A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 75-80.
- Wall, K. (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Weber, L., Brandenburg, O. & Viezzer, A. (2003). A relação entre o estilo parental e o otimismo da criança. *Psico-USF*, 8, 71-79.
- Weber, L., Prado, P., Viezzer, A. & Brandenburg, O. (2004). Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331.
- Weber, L., Salvador, A. & Brandenburg, O. (2006). Medindo e promovendo qualidade na interação familiar. In H. Guilhardi & N. Aguirre familiar (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (pp. 25-40). Santo André: Esetec.
- Weber, L., Selig, G., Bernardi, M. & Salvador, A. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações – transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414.
- Weber, L., Salvador, A. & Brandenburg, O. (2009). Escalas de Qualidade na Interação Familiar–EQIF. In L.N.D. Weber & M.A. Dessen (Orgs.), *Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados* (pp.57-68). Curitiba: Juruá.
- White, H., Johnson, V. & Buyske, S. (2000). Parental modeling and parenting behavior effects on offspring alcohol and cigarette use A growth curve analysis. *Journal of Substance Abuse*, 12, 287-310.
- Youth Justice Board (2005). *Risk and protective factors*. London: Youth Justice Board.
- Yunes, M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.
- Zimmerman, P. & Becker-Stoll, F. (2002). Stability of attachment representations during adolescence: the influence of ego-identity status. *Journal of Adolescence*, 25, 107-124.

VII

Anexos

Anexo A - Questionário AMHC – Portugal (Gonçalves, 2011)

Sexo:

- Masculino
- Feminino

Que idade tens?

Qual é a tua nacionalidade?
(Indica mais do que uma nacionalidade, se for o caso)

Qual é a tua religião?

Com que frequência participas em cultos ou actividades religiosas?

- Uma vez por semana ou mais
- Duas ou três vezes por mês
- Uma ou algumas vezes por ano
- Nenhuma vez

Selecciona todas as opções que se adequam à tua situação familiar.

Quais destas pessoas moram na tua casa?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Pai | <input type="checkbox"/> Madrasta/Companheira do pai |
| <input type="checkbox"/> Padrasto/Companheiro da mãe | <input type="checkbox"/> Irmãos |
| <input type="checkbox"/> Mãe | <input type="checkbox"/> Outros |

No caso de teres respondido 'Outros' na pergunta anterior, diz quem são:

Tens irmãos?

(Se não tens, passa para a próxima pergunta)

Quantos rapazes?

Quais as suas idades?

Quantas raparigas?

Quais as suas idades?

Tens um quarto só para ti?

Sim

Não

Quem são os teus cuidadores principais?

Pai

Madrasta/Companheira do Pai

Padrasto/Companheiro da Mãe

Outros

Mãe

No caso de teres respondido 'Outros' na pergunta anterior diz quem são:

Quais as profissões dos teus cuidadores?

Qual a escolaridade dos teus cuidadores?

O questionário terminou!

Obrigada mais uma vez.

Se quiseres podes deixar um comentário ao estudo.

Anexo B – Inventário de Percepção de Suporte Familiar (Baptista, 2005, 2007)

Cara Participante,

Agradecemos desde já a sua colaboração no nosso estudo, composto por:

a) Uma primeira parte dirigida a mães. É necessário que a participante seja mãe de filhos biológicos (não adotivos, pois estão em estudo algumas variáveis ligadas à fecundidade/concepção).

b) Uma segunda parte dirigida a jovens entre os 12 e os 16 anos de idade. Se tiver um/a filho/a nessa faixa etária, agradecemos a colaboração dele/a. (Se não, responda apenas à primeira parte).

Não existem respostas certas ou erradas - pretendemos apenas conhecer a sua opinião e a do/a seu/sua filho/a. Todas as respostas serão confidenciais e anónimas.

O preenchimento de cada uma das partes não levará mais do que 10 minutos, sendo uma contribuição essencial para esta investigação, que surge no contexto do mestrado em Psicologia Social e das Organizações, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Se tiver alguma dúvida, por favor contacte-nos:

*joana.silva.iscte@hotmail.com;
rosarioboavida@gmail.com;
marta.goncalves@iscte.pt*

Muito obrigada pela sua colaboração!

Se no futuro desejar conhecer os resultados desta investigação, por favor escreva aqui o seu e-mail. Se desejar, poderá também fazer algum comentário.

A sua parte termina aqui. Pedimos agora, se possível, a participação de um dos seus filhos (entre os 12 e os 16 anos) para a segunda parte. Se autorizar esta colaboração, por favor seleccione a opção apropriada e começará a parte que deverá ser preenchida individualmente por ela/ele.

Mais uma vez, agradecemos a sua colaboração!

ATENÇÃO: Os seus dados só serão gravados se seleccionar uma das hipóteses que se segue.

- Tenho um filho com idade entre os 12 e os 16 anos e autorizo-o a participar no estudo
- Desejo terminar o estudo nesta fase.

Olá!

Depois da tua mãe nos ter ajudado, agora é a tua vez.

O questionário que se segue serve para compreendermos melhor como é a tua relação familiar.

Demora cerca de 7 minutos, não existindo respostas certas nem erradas. Não te preocupes porque ninguém vai saber quem és, nem irão conhecer as tuas respostas.

Muito obrigado! A tua ajuda é muito importante ao sucesso deste estudo.

**Joana Cordeiro (Mestranda em Psicologia, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL)
Rosário Boavida (Mestranda em Psicologia, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL)
Marta Gonçalves (Professora, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL e Harvard Medical School)**

Por favor lê atentamente cada uma das frases, respondendo de acordo com o que achas que acontece na tua vida.

	Quase nunca ou Nunca	Às vezes	Quase sempre ou Sempre
Acredito que a minha família tem mais problemas emocionais do que as outras famílias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas na minha família seguem as regras estabelecidas entre eles.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem regras em diversas situações na minha família.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meus familiares elogiam-me.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cada um na minha família tem deveres e responsabilidades específicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meus familiares só mostram interesse uns pelos outros quando podem ter vantagens.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu sinto raiva da minha família.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na minha família discutimos e gritamos uns com os outros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os membros da minha família expressam claramente pensamentos e emoções uns com os outros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha família permite que eu me vista como quero.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha família discute os seus medos e preocupações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha família faz-me sentir que posso cuidar de mim, mesmo quando estou sozinho(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu sinto-me como um(a) estranho(a) na minha família.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meus familiares deixam-me sair tanto quanto eu quero.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas da minha família gostam de passar tempo juntas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meus familiares geralmente culpam alguém da família quando as coisas não estão a correr bem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A minha família conversa antes de tomar uma decisão importante.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na minha família há privacidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha família permite que eu seja como quero ser.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há ódio na minha família.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu sinto que a minha família não me compreende.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na solução de problemas, a opinião de todos na família é levada em consideração.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As pessoas da minha família sabem quando alguma coisa má aconteceu comigo, mesmo que eu não fale.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os membros da minha família tocam-se e abraçam-se.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha família proporciona-me muito conforto emocional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha família faz-me sentir melhor quando eu estou aborrecido(a).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viver com a minha família é desagradável.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na minha família damos opinião sobre o que é certo/errado procurando o bem-estar de cada um.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na minha família as tarefas são distribuídas equitativamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na minha família há uma coerência entre as palavras e os comportamentos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha família sabe o que fazer quando surge uma emergência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na minha família há competitividade entre os membros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu sinto vergonha da minha família.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na minha família é permitido que eu faça as coisas que gosto de fazer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na minha família demonstramos carinho através das palavras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha família irrita-me.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os membros da minha família expressam interesse e carinho uns com os outros.



A minha família dá-me tanta liberdade quanto eu quero.



Eu sinto-me excluído da família.



Os meus familiares permitem-me decidir coisas sobre mim.



Os meus familiares são bons modelos na minha vida.



As pessoas da minha família sentem-se próximas umas das outras.



Anexo C – Guião de jovem de FN



Olá!

Nós somos uma equipa de investigadoras e estamos a realizar um trabalho com jovens da tua idade e precisamos muito da tua ajuda.

É muito simples, só tens de escrever um diário no computador (ficheiro word) durante uma semana.

O que vais escrever? O que quiseres! Sentimentos, o que fazes no teu dia-a-dia, momentos bons e maus, situações com a tua família que queiras partilhar.

Não precisas escrever os teus dados pessoais, queremos apenas entender o que é ser adolescente numa família tão grande como a tua.

Queres ajudar-nos?

Podes começar quando quiseres mas não te esqueças que o prazo acaba no final do mês de Abril e tens de assinalar a data em cada dia que escreves. No fim desse mês envia o teu diário para:

Joana.silva.iscte@hotmail.com

Muito obrigada! A tua ajuda é muito importante para o sucesso deste trabalho.

Joana Cordeiro (Mestranda em Psicologia, Instituto Universitário de Lisboa)

Marta Gonçalves (PhD, Instituto Universitário de Lisboa e Harvard Medical School)

Anexo D - Guião de jovem de FNN



Olá!

Nós somos uma equipa de investigadoras e estamos a realizar um trabalho com jovens da tua idade e precisamos muito da tua ajuda.

É muito simples, só tens de escrever um diário no computador (ficheiro word) durante uma semana.

O que vais escrever? O que quiseres! Sentimentos, o que fazes no teu dia-a-dia, momentos bons e maus, situações com a tua família, com quem partilhas as tuas coisas sendo filha única.

Não precisas escrever os teus dados pessoais, queremos apenas conhecer esta fase da tua vida e em quem te apoias para a partilhar.

Queres ajudar-nos?

Podes começar quando quiseres mas não te esqueças que o prazo acaba no final do mês de Abril e tens de assinalar a data em cada dia que escreves. No fim desse mês envia o teu diário para:

Joana.silva.iscte@hotmail.com

Muito obrigada! A tua ajuda é muito importante para o sucesso deste trabalho.

Joana Cordeiro (Mestranda em Psicologia, Instituto Universitário de Lisboa)

Marta Gonçalves (PhD, Instituto Universitário de Lisboa e Harvard Medical School)

Anexo E

Quadro 1 - *Análises descritivas dos factores do IPSF de acordo com o tipo de família*

Group Statistics

Tipo de Família		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
AfetCons	Não Numerosa	33	33,3030	5,65953	,98520
	Numerosa	79	32,3924	7,31773	,82331
Adap	Não Numerosa	35	22,1143	3,10381	,52464
	Numerosa	80	20,8000	4,03278	,45088
auton	Não Numerosa	34	11,6765	2,55510	,43820
	Numerosa	82	10,9390	2,95793	,32665
IPSFTOT	Não Numerosa	32	66,6875	8,61521	1,52297
	Numerosa	74	64,1351	12,14448	1,41177

Anexo F

Quadro 2 – *Test-t sobre a Influência do tipo de família nos diversos factores do IPSF*

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
									95% Confidence Interval of the Difference	
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	Lower	Upper
AfetCons	Equal variances assumed	2,412	,123	,639	110	,524	,91063	1,42534	-1,91407	3,73532
	Equal variances not assumed			,709	76,913	,480	,91063	1,28392	-1,64603	3,46728
Adap	Equal variances assumed	,632	,428	1,717	113	,089	1,31429	,76553	-,20236	2,83093
	Equal variances not assumed			1,900	83,230	,061	1,31429	,69176	-,06155	2,69012
auton	Equal variances assumed	,339	,562	1,270	114	,207	,73745	,58076	-,41304	1,88793
	Equal variances not assumed			1,349	70,940	,182	,73745	,54655	-,35235	1,82725
IPSFTOT	Equal variances assumed	3,064	,083	1,076	104	,284	2,55236	2,37160	-2,15061	7,25534
	Equal variances not assumed			1,229	81,585	,223	2,55236	2,07666	-1,57909	6,68382

Anexo G

Quadro 3 - *Idade e Factores de Protecção Familiares*

		Correlations				
		Que idade tens?	AfetCons	Adap	auton	IPSFTOT
Que idade tens?	Pearson Correlation	1	-,147	-,102	-,083	-,169
	Sig. (2-tailed)		,121	,276	,375	,083
	N	119	112	115	116	106
AfetCons	Pearson Correlation	-,147	1	,554**	,469**	,918**
	Sig. (2-tailed)	,121		,000	,000	,000
	N	112	112	108	110	106
Adap	Pearson Correlation	-,102	,554**	1	,417**	,775**
	Sig. (2-tailed)	,276	,000		,000	,000
	N	115	108	115	112	106
auton	Pearson Correlation	-,083	,469**	,417**	1	,698**
	Sig. (2-tailed)	,375	,000	,000		,000
	N	116	110	112	116	106
IPSFTOT	Pearson Correlation	-,169	,918**	,775**	,698**	1
	Sig. (2-tailed)	,083	,000	,000	,000	
	N	106	106	106	106	106

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Anexo H

Quadro 4 - Sexo e Factores de Protecção Familiares

Group Statistics

	Sexo:	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
AfetCons	Masculino	51	33,3137	6,54672	,91672
	Feminino	61	32,1148	7,11594	,91110
Adap	Masculino	50	20,5600	4,19017	,59258
	Feminino	65	21,6923	3,44113	,42682
auton	Masculino	52	11,0962	3,07590	,42655
	Feminino	64	11,2031	2,68553	,33569
IPSFTOT	Masculino	47	64,7660	11,84173	1,72729
	Feminino	59	65,0169	10,79670	1,40561

Anexo I

Quadro 5 - *Test-t sobre a Influência do sexo nos diversos factores do IPSF*

Independent Samples Test										
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means					95% Confidence Interval of the Difference	
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	Lower	Upper
AfetCons	Equal variances assumed	,579	,448	,921	110	,359	1,19897	1,30220	-1,38168	3,77962
	Equal variances not assumed			,928	108,965	,356	1,19897	1,29248	-1,36268	3,76063
Adap	Equal variances assumed	1,274	,261	-1,591	113	,114	-1,13231	,71184	-2,54258	,27797
	Equal variances not assumed			-1,550	93,718	,124	-1,13231	,73029	-2,58238	,31776
auton	Equal variances assumed	,250	,618	-,200	114	,842	-,10697	,53521	-1,16722	,95328
	Equal variances not assumed			-,197	102,048	,844	-,10697	,54280	-1,18361	,96967
IPSFTOT	Equal variances assumed	,123	,727	-,114	104	,910	-,25099	2,20362	-4,62084	4,11886
	Equal variances not assumed			-,113	94,299	,911	-,25099	2,22695	-4,67246	4,17048

Anexo J

Quadro 6 - *Quarto individual ou partilhado e Factores de Protecção Familiares*

Group Statistics

Tens um quarto só para ti?		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
AfetCons	Sim	67	32,6567	6,07666	,74238
	Não	43	32,6279	8,05051	1,22769
Adap	Sim	68	21,6176	3,15296	,38235
	Não	45	20,4889	4,62022	,68874
auton	Sim	70	11,2286	2,81390	,33632
	Não	44	11,1364	2,96954	,44768
IPSFTOT	Sim	65	65,5077	9,43418	1,17017
	Não	39	63,8718	13,86624	2,22038

Anexo K

Quadro 7 - *Test-t sobre a Influência de ter quarto individual ou partilhado nos diversos factores do IPSF*

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
AfetCons	Equal variances assumed	1,612	,207	,021	108	,983	,02881	1,35052	-2,64816	2,70578
	Equal variances not assumed			,020	72,189	,984	,02881	1,43470	-2,83108	2,88870
Adap	Equal variances assumed	8,851	,004	1,545	111	,125	1,12876	,73079	-,31936	2,57688
	Equal variances not assumed			1,433	70,879	,156	1,12876	,78776	-,44203	2,69955
auton	Equal variances assumed	,264	,608	,167	112	,868	,09221	,55305	-1,00358	1,18800
	Equal variances not assumed			,165	87,806	,870	,09221	,55994	-1,02058	1,20500
IPSFTOT	Equal variances assumed	4,317	,040	,715	102	,476	1,63590	2,28688	-2,90011	6,17191
	Equal variances not assumed			,652	59,323	,517	1,63590	2,50985	-3,38573	6,65753

Anexo L

Quadro 8 - *Escolaridade e Factores de Protecção Familiares*

Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	N
Escolaridade dos cuidadores	3,4127	,81152	189
AfetCons	32,6607	6,85835	112
Adap	21,2000	3,80950	115
auton	11,1552	2,85475	116
IPSFTOT	64,9057	11,21778	106

Correlations

		Escolaridade dos cuidadores	AfetCons	Adap	auton	IPSFTOT
Escolaridade dos cuidadores	Pearson Correlation	1	,050	,095	,044	,073
	Sig. (2-tailed)		,600	,312	,639	,459
	N	189	111	114	115	105
AfetCons	Pearson Correlation	,050	1	,554**	,469**	,918**
	Sig. (2-tailed)	,600		,000	,000	,000
	N	111	112	108	110	106
Adap	Pearson Correlation	,095	,554**	1	,417**	,775**
	Sig. (2-tailed)	,312	,000		,000	,000
	N	114	108	115	112	106
auton	Pearson Correlation	,044	,469**	,417**	1	,698**
	Sig. (2-tailed)	,639	,000	,000		,000
	N	115	110	112	116	106
IPSFTOT	Pearson Correlation	,073	,918**	,775**	,698**	1
	Sig. (2-tailed)	,459	,000	,000	,000	
	N	105	106	106	106	106

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Anexo M

Quadro 8 - *Profissão e Factores de Protecção Familiares*

Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	N
Profissões dos cuidadores	3,0882	2,18415	204
AfetCons	32,6607	6,85835	112
Adap	21,2000	3,80950	115
auton	11,1552	2,85475	116
IPSFTOT	64,9057	11,21778	106

Correlations

		Profissões dos cuidadores	AfetCons	Adap	auton	IPSFTOT
Profissões dos cuidadores	Pearson Correlation	1	,089	,001	,079	,081
	Sig. (2-tailed)		,353	,995	,400	,413
	N	204	111	114	115	105
AfetCons	Pearson Correlation	,089	1	,554**	,469**	,918**
	Sig. (2-tailed)	,353		,000	,000	,000
	N	111	112	108	110	106
Adap	Pearson Correlation	,001	,554**	1	,417**	,775**
	Sig. (2-tailed)	,995	,000		,000	,000
	N	114	108	115	112	106
auton	Pearson Correlation	,079	,469**	,417**	1	,698**
	Sig. (2-tailed)	,400	,000	,000		,000
	N	115	110	112	116	106
IPSFTOT	Pearson Correlation	,081	,918**	,775**	,698**	1
	Sig. (2-tailed)	,413	,000	,000	,000	
	N	105	106	106	106	106

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Anexo N

Quadro 9 - *Items do IPSF e Tipo de Família (numerosa e não numerosa)*

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Existem regras em diversas situações na minha família.	1,34	1,52

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os meus familiares elogiam-me.	1,54	1,41

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Cada um na minha família tem deveres e responsabilidades específicas.	1,60	1,52

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os membros da minha família expressam claramente pensamentos e emoções uns com os outros.	1,40	1,45

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família permite que eu me vista como quero.	1,80	1,60

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família discute os seus medos e preocupações.	1,35	1,42

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família faz-me sentir que posso cuidar de mim, mesmo quando estou sozinho(a).	1,57	1,62

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os meus familiares deixam-me sair tanto quanto eu quero.	,94	,86

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
As pessoas da minha família gostam de passar tempo juntas.	1,63	1,65

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família conversa antes de tomar uma decisão importante.	1,60	1,56

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na minha família há privacidade.	1,56	1,50

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família permite que eu seja como quero ser.	1,62	1,55

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na solução de problemas, a opinião de todos na família é levada em consideração.	1,54	1,43

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
As pessoas da minha família sabem quando alguma coisa má aconteceu comigo, mesmo que eu não fale.	1,57	1,46

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os membros da minha família tocam-se e abraçam-se.	1,89	1,72

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família proporciona-me muito conforto emocional.	1,76	1,62

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família faz-me sentir melhor quando eu estou aborrecido(a).	1,60	1,38

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na minha família damos opinião sobre o que é certo/errado procurando o bem-estar de cada um.	1,66	1,56

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na minha família as tarefas são distribuídas equitativamente.	1,31	1,19

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na minha família há uma coerência entre as palavras e os comportamentos.	1,57	1,45

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família sabe o que fazer quando surge uma emergência.	1,74	1,85

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na minha família é permitido que eu faça as coisas que gosto de fazer.	1,66	1,45

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na minha família demonstramos carinho através das palavras.	1,54	1,56

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os membros da minha família expressam interesse e carinho uns com os outros.	1,71	1,63

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família dá-me tanta liberdade quanto eu quero.	1,14	,95

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os meus familiares permitem-me decidir coisas sobre mim.	1,37	1,32

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os meus familiares são bons modelos na minha vida.	1,80	1,69

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
As pessoas da minha família sentem-se próximas umas das outras.	1,74	1,75

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Acredito que a minha família tem mais problemas emocionais do que as outras famílias.	1,54	1,62

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os meus familiares só mostram interesse uns pelos outros quando podem ter vantagens.	1,86	1,86

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Eu sinto raiva da minha família.	1,69	1,64

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na minha família discutimos e gritamos uns com os outros.	1,60	1,24

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Eu sinto-me como um(a) estranho(a) na minha família.	1,91	1,82

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Os meus familiares geralmente culpam alguém da família quando as coisas não estão a correr bem.	1,57	1,56

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Há ódio na minha família.	1,86	1,85

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Eu sinto que a minha família não me compreende.	1,29	1,18

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Viver com a minha família é desagradável.	1,83	1,78

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Na minha família há competitividade entre os membros.	1,57	1,33

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Eu sinto vergonha da minha família.	1,91	1,80

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
A minha família irrita-me.	1,69	1,42

	Tipo de Família	
	Não Numerosa	Numerosa
	Mean	Mean
Eu sinto-me excluído da família.	1,80	1,75

Anexo O – Diário da jovem de FN

Segunda-feira, 30 de Abril de 2012

Olá durante esta semana, vou falar como é viver numa casa com muita gente.

Hoje, tive de acordar mais cedo para poder ser a primeira a tomar banho para não me atrasar. Porque na minha casa tem a minha mãe, 3 irmãos e o meu sobrinho, e é muita gente para tomar banho.

O meu pequeno-almoço é com muita gente é sempre uma alegria. A minha mãe diz que como somos muitos temos de nos ajudar uns aos outros. Até amanhã.

Terça-feira, 1 de Maio de 2012

É feriado, a minha mãe e a minha irmã decidiram ir à promoção do pingo doce porque seria uma mais valia para a nossa casa.

Foi uma boa promoção agora temos comida para dois meses. Mas assim estamos descansados porque compramos só coisas que precisamos e não nos excedemos.

Quarta-feira, 2 de Maio de 2012

Passei um dia normal, fui à escola e às 16h30 fui buscar a minha irmã mais nova e o meu sobrinho, vim para casa começar a fazer o jantar. Foi um dia muito chato.

Quinta-feira, 3 de Maio de 2012

Olá, não posso escrever muito porque tenho trabalhos de casa para fazer e depois tenho de fazer o jantar com o meu irmão. Até amanhã.

Sexta-feira, 4 de Maio de 2012

Hoje tive teste de Matemática, por causa dos nervos não consegui fazer tudo mas espero boa nota. Também é o último dia deste diário que adorei escrever. Achei uma ideia muito divertida e acho que foi giro de escrever e de ler. Numa casa com muita gente existem discussões, zangas, mas também há companheirismo e amizade. Adeus e até uma próxima.

Anexo P – *Diário da jovem de FNN*

Dia, 23 Abril de 2012

Hoje estou com moleza por ser segunda-feira.

Acordei e fui para a escola, saí das aulas de manhã para ir almoçar em casa com a minha mãe. Voltei para as aulas. Não tive uma aula da tarde e fiquei com as minhas amigas na escola. Fui para casa jogar computador, a minha mãe chegou e foi fazer o jantar. Jantei e deitei-me na cama a ver televisão. Acabei por adormecer.

Dia, 24 de Abril de 2012

Hoje acordei chateada porque às terças feiras tenho educação física e tenho de almoçar na escola. Estive o dia inteiro na escola e fui para casa jantar e fui para o computador falar com uma amiga. Esperei pelo meu pai até à 1 da manhã porque ele esteve a trabalhar até tarde.

Dia, 25 de Abril de 2012

Hoje é feriado, acordei e fui com a minha tia e com a minha mãe passear, quando cheguei arrumei o quarto e fiz os t.p.c. Fui com a minha mãe e com o meu pai jantar fora. No fim fui para a cama.

Dia, 26 de Abril de 2012

Hoje acordei cedo, fui para a escola e tive 3 horas de almoço tomei banho e voltei à escola. Não tive história e fiquei na palhaçada com as minhas amigas. Fui para casa e esperei pelo meu pai. Hoje chegou mais cedo e vamos dormir.

Dia, 27 de Abril de 2012

Hoje acordei cedo e feliz por ser sexta feira. Só tive 3 aulas e todas de 90 minutos. Fui almoçar a casa e tive o dia todo sem fazer nada. Fui jantar e adormeci às 00h00.

Dia, 28 de Abril de 2012

A minha tia ligou à minha mãe para irmos sair um bocado. Fomos dar uma volta e como já era uma hora fomos almoçar. Fui para casa e não fiz mais nada de importante.

Dia, 29 de Abril de 2012

De manhã quando acordei fui ver televisão, fui almoçar e continuei a ver filmes. À noite fui jantar com os meus pais e os meus tios emprestados. À tarde também vi o meu pai a montar os cortinados da sala.

Dia, 30 de Abril de 2012

As minhas segundas feiras são sempre a mesma coisa.

Dia, 1 de Maio de 2012

Levantei-me e fui à vivenda dos meus tios emprestados e a minha mãe disse-nos a todos que estava grávida. Arrancámos e fomos a Fátima sair, fomos comer sopa da pedra. E voltámos para casa. À noite fui dormir.

Anexo Q – *Análise de Conteúdo*

Subcategorias	FN	FNN
<i>Estabilidade e relação de afectos</i>	4	7
<p>“(…) Saí das aulas de manhã para ir almoçar em casa com a minha mãe (…)”</p> <p>Jovem de Família Não Numerosa</p>		
<p>“(…) fui à escola e às 16h30 fui buscar a minha irmã mais nova e o meu sobrinho (…)”</p> <p>Jovem de Família Numerosa</p>		
<i>Coesão Familiar</i>	6	7
<p>“Esperei pelo meu pai até à 1 da manhã porque ele esteve a trabalhar até tarde”</p> <p>Jovem de Família Não Numerosa</p>		
<p>“O meu pequeno-almoço é com muita gente é sempre uma alegria. A minha mãe diz que como somos muitos temos de nos ajudar uns aos outros.”</p> <p>Jovem de Família Numerosa</p>		
<i>Suporte Familiar</i>	4	5
<p>“Fui com a minha mãe e com o meu pai jantar fora.”</p> <p>Jovem de Família Não Numerosa</p>		
<p>“Numa casa com muita gente existem discussões, zangas, mas também há companheirismo e amizade”</p> <p>Jovem de Família Numerosa</p>		
<i>Estilo parental Positivo</i>	2	1
<p>“Hoje é feriado, acordei e fui com a minha tia e com a minha mãe passear, quando cheguei arrumei o quarto e fiz os t.p.c”</p> <p>Jovem de Família Não Numerosa</p>		
<p>“Olá, não posso escrever muito porque tenho trabalhos de casa para fazer e depois tenho de fazer o jantar com o meu irmão.”</p> <p>Jovem de Família Numerosa</p>		

